



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LARA SILVA FEITOSA

**DESAFIOS DE ALFABETIZAR ALUNOS SURDOS:
Análise na Escola Antônio Gonzaga Barros, Itaituba - PA**

ITAITUBA - PA

2020

LARA SILVA FEITOSA

**DESAFIOS DE ALFABETIZAR ALUNOS SURDOS:
Análise na Escola Antônio Gonzaga Barros, Itaituba - PA**

Monografia apresentada como requisito avaliativo
para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia, Faculdade de Itaituba, sob a
orientação de:

Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

ITAITUBA - PA

2020

LARA SILVA FEITOSA

**DESAFIOS DE ALFABETIZAR ALUNOS SURDOS:
Análise na Escola Antônio Gonzaga Barros, Itaituba - PA**

Monografia apresentada como requisito avaliativo
para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia, Faculdade de Itaituba, sob a
orientação de:

Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
Prof.^o Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a. Margaret Ferreira de Aguiar, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: Aprovada Média: 10

Itaituba-PA, 21 de fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus que me deu a vida, por meio da qual pude chegar a este momento único, quero agradecer pelas infinitas bênçãos recebidas, pelos amigos e irmãos que fiz durante todo o meu percurso de estudo.

As minhas mães que me deram total apoio durante meus estudos **Valmira Silva, Nilceia Silva e Aleksandra Silva**, que são meu porto seguro, minhas heroínas, que sempre estiveram do meu lado me dando conselhos e a educação, a meu filho **Oscar Lucas** que é minha base para nunca desistir dos meus sonhos, ao meu esposo **Marcos Nazaré** que sempre esteve comigo do meu lado nessa jornada longa e ao meu irmão **Kaio Winicius** e todos que me ajudaram nesse período intenso de estudos.

Ao meu orientador **Dhemesbraene Soares da Silva** pelo incentivo na pesquisa do meu trabalho, esteve arduamente do meu lado colaborando com meu crescimento e a todos os professores que passaram pelo curso contribuindo de forma direta e indiretamente para meu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo conhecer como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com Surdez na sala regular de ensino da Escola Antônio Gonzaga Barros. O desafio de alfabetizar alunos surdos propicia discussões relevantes entre os pesquisadores educacionais contemporâneos. No meio acadêmico o assunto desperta o interesse dos professores e estudantes, pois mexe com a vida cotidiana de todos. No intuito de buscar respostas, este estudo pauta-se nos seguintes questionamentos: Como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com surdez na sala regular de ensino? O professor faz formação continuada envolvendo conhecimento de LIBRAS? Quais metodologias são usadas para alfabetizar um aluno Surdo? Para isso fez-se uma pesquisa bibliográfica e também uma de campo, que buscou responder as questões norteadoras desse estudo. A pesquisa em campo foi desenvolvida na Escola Antônio Gonzaga Barros em Itaituba, no Estado do Pará. A pesquisa de campo foi realizada com professores do 1º ao 5º Anos do Ensino Fundamental. A coleta de dados contou com a participação de seis professores que responderam a um questionário contendo perguntas abertas e fechadas e foram aplicados no período dos meses de outubro e novembro de 2019. As perguntas buscaram elementos sobre o cotidiano dos docentes e a sua relação com a alfabetização dos discentes surdos. Os resultados dessa pesquisa demonstram o reconhecimento de que a inclusão é o melhor caminho para educar os surdos. Para eles, o letramento de surdos traz desafios aos professores que regem a turma e por isso no planejamento das aulas devem contemplar essas situações. Eles elencam inúmeras dificuldades como: falta de formação continuada para lidar com os desafios e também a falta de material pedagógico. Nesse sentido conclui-se que, as leis estabelecem formas de ensino que incluam os surdos, mas o nível de conhecimento dos profissionais da educação básica deixam muitas indagações sobre o tema. Os entrevistados entendem ainda que as escolas e os educadores precisam avançar no ensino de surdos.

Palavras-Chave: Surdos. Inclusão. Alfabetização. Professores.

ABSTRACT

This study aims to understand how the process of literacy of students with Deafness occurs in the regular teaching room of Escola Antônio Gonzaga Barros. The challenge of literacy training for deaf students promotes relevant discussions among contemporary educational researchers. In the academic world, the subject arouses the interest of teachers and students, as it affects everyone's daily life. In order to seek answers, this study is guided by the following questions: How does the process of literacy of students with deafness occur in the regular classroom? Does the teacher do continuous training involving knowledge of LIBRAS? What methodologies are used to literate a Deaf student? For that, a bibliographic research and a field research were done, which sought to answer the guiding questions of this study. The field research was carried out at the Antônio Gonzaga Barros School in Itaituba, in the state of Pará. The field research was carried out with teachers from the 1st to the 5th years of elementary school. The data collection counted on the participation of six teachers who answered a questionnaire containing open and closed questions and were applied during the months of October and November 2019. The questions sought elements about the teachers' daily life and their relationship with the literacy of deaf students. The results of this research demonstrate the recognition that inclusion is the best way to educate the deaf. For them, the deaf's literacy brings challenges to the teachers who rule the class and, therefore, in the planning of classes they must consider these situations. They list numerous difficulties such as: lack of continuing training to deal with challenges and also the lack of educational material. In this sense, it is concluded that the laws establish forms of education that include the deaf, but the level of knowledge of basic education professionals leaves many questions on the subject. Respondents further understand that schools and educators need to advance the teaching of the deaf.

Keywords: Deaf. Inclusion. Literacy. Teachers.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Principais paradigmas entre a educação especial e inclusiva.	14
QUADRO 02:	Número de servidores que trabalha na Escola Antônio Gonzaga Barros.....	40
QUADRO 03:	Demonstra os pontos fortes e fracos em relação ao questionário.....	43
QUADRO 04:	Como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com surdez na sala regular de ensino?.....	46
QUADRO 05:	O professor faz formação continuada envolvendo conhecimento de LIBRAS?.....	47
QUADRO 06:	Quais metodologias são usadas para alfabetizar um aluno Surdo?	49
QUADRO 07:	Quais soluções você propõe para amenizar a dificuldade do ensino aprendizagem dos surdos?	50
QUADRO 08:	As escolas brasileiras estão preparadas para receber esses alunos surdos?	51
QUADRO 09:	Quais as práticas pedagógicas que você utiliza para estimular a aquisição da leitura e escrita do aluno com surdez em sua turma?.....	52
QUADRO 10:	Como ocorre o processo de comunicação entre alunos com surdez e ouvintes?.....	53
QUADRO 11:	Quais suas dificuldades em alfabetizar um educando com necessidades auditivas?.....	54
QUADRO 12:	Como os alunos com surdez se comportam perante os colegas ouvintes da escola?.....	55
QUADRO 13:	No seu ponto de vista o processo de alfabetização desses educandos com surdez acontece de forma igualitária ou diferente dos educandos ouvintes? Explique.....	56

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 ABORDAGEM TEORICA E HISTORICA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	11
1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....	11
1.2 PERSPECTIVAS HISTORICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	15
1.3 A ATUAL SITUAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DO SURDO.....	20
1.4 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO PARA SURDOS.....	24
2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS.....	28
2.1 A IMPORTANCIA DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	28
2.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES.....	31
2.3 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA EM PROL DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO.....	34
2.4 OS DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO DOS SURDOS.....	37
3 DESAFIOS DE ALFABETIZAR ALUNOS SURDOS: ANÁLISE NA ESCOLA ANTÔNIO GONZAGA BARROS, ITAITUBA-PA.....	40
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA.....	40
3.2 METODOLOGIAS APLICADAS NA PESQUISA.....	42
3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	44
3.4 ANÁLISES DOS DADOS.....	45
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
APÊNDICE.....	64

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo conhecer como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com Surdez na sala regular de ensino da Escola Antônio Gonzaga Barros. O desafio de alfabetizar alunos surdos é o tema abordado por este trabalho. Sabe-se que a legislação brasileira assegura ensino igualitário para alunos deficientes e não deficientes. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base (LDB) garante educação nas escolas públicas a todos os brasileiros até os dezessete anos de idade. Leis infraconstitucionais que entraram em vigor nas últimas décadas tratam da inclusão de alunos com deficiência. Sendo assim, a alfabetização do surdo deve ocorrer no ensino regular.

A Lei nº 10.436 de 2002 assegura a inclusão da disciplina LIBRAS no currículo acadêmico das licenciaturas. Durante a formação do professor é necessário que ele curse esta disciplina. É um contato básico com o assunto, entretanto pode despertar o docente para a realidade do surdo em sala de aula. E mais recentemente, a Lei 13.146 de 2015 (Estatuto da pessoa com Deficiência) veio ampliar essas garantias. As atuais leis que tratam do assunto vão de encontro a uma realidade histórica, em que os deficientes não gozavam de direitos. E por isso, a inclusão propicia muitas discussões.

Este assunto está em evidência na comunidade acadêmica e também entre os pesquisadores educacionais. Isto ocorre porque por um lado a lei estabelece a obrigatoriedade das escolas e professores incluírem os alunos deficientes, pelo outro, as escolas e professores não parecem preparados. Desta maneira, nasceu o desejo acadêmico de aprofundar a discussão neste assunto. E uma pesquisa em campo pareceu bastante lógico, para colher dos professores, essas respostas.

Os questionamentos sobre o tema são diversos e alguns compuseram o norte para essa pesquisa. Como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com surdez na sala aula? O professor faz formação continuada envolvendo conhecimento de LIBRAS? Quais metodologias são usadas para alfabetizar um aluno Surdo?

Desta forma, traçou-se como objetivos específicos. Verificar saber quais as dificuldades enfrentadas pelos docentes nesse processo de inclusão. Entender como os professores planejam suas aulas para obter o melhor resultado diante das diversidades. Perceber o alcance da legislação brasileira em relação ao tema em

destaque. Compreender como preparam seus materiais pedagógicos ou se os recebem dos órgãos educacionais. Verificar a importância da formação continuada nesse contexto.

Para alcançar os resultados na pesquisa utilizou-se da metodologia com estudos bibliográficos e de campo. Inicialmente fez-se a tomada de consciência sobre livros, artigos, periódicos e leis que tratam do assunto. Diante desse conhecimento surgiram os questionamentos necessários para prosseguir na pesquisa. O meio acadêmico foi importantíssimo nesse momento, principalmente, as orientações recebida dos professores. A pesquisa em campo ocorreu na Escola Antonio Gonzaga Barros em Itaituba, no Pará. Seis professores dos anos iniciais responderam a um questionário com dez perguntas.

Durante a realização deste trabalho vários autores contribuíram para dar um norte à pesquisa e também elucidar pontos que pareciam incongruentes. Assim, destaca-se a título de exemplo: Soares (2010); Silva (2014); Raiça (2006); Mantoan (2005); Couto e Almeida (2014) entre outros. Desta maneira, a pesquisa foi apoiada com estudos de pesquisadores relevantes na comunidade científica.

Na composição final do texto deste trabalho o mesmo está dividido em: primeiro capítulo refere-se à abordagem teórica e histórica da educação de surdos. O mesmo apresenta os aspectos conceituais da educação especial e inclusiva. As perspectivas históricas da educação especial. A atual situação da inclusão escolar do surdo. E o letramento e alfabetização para surdos.

O segundo capítulo refere-se ao processo de alfabetização de surdos. O mesmo subdivide-se elencando a importância da língua brasileira de sinais (LIBRAS) para o processo de alfabetização. A formação continuada dos professores. A relação família-escola em prol da qualidade do atendimento ao aluno surdo. E os desafios na alfabetização dos surdos..

O terceiro capítulo elenca os desafios de alfabetizar alunos surdos: análise na escola Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-Pa. O mesmo está delineado com a caracterização da escola pesquisada. As metodologias aplicadas para o desenvolvimento da pesquisa. Apresenta ainda o perfil dos entrevistados que contribuíram na coleta de dados. E por fim as análises dos dados coletados junto aos professores da escola foco do estudo.

1 ABORDAGEM TEORICA E HISTORICA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Durante muito tempo, educadores de todo o território nacional buscaram a inclusão de crianças e jovens com deficiência. O modelo de educação especial antigo não atende um dos requisitos básicos resultantes do processo educacional – a realidade fora da escola. Conviver em sociedade e relacionar-se cotidianamente é natural à espécie humana. Atualmente, educação especial e inclusiva traz aqueles com necessidades educacionais especiais para o convívio com os demais estudantes (GURGEL, 2007).

A educação especial e inclusiva nasce de um direito básico nacional e internacional – educação direito de todos – por esse motivo os princípios adotados na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais ganharam respaldo e notoriedade nos eventos seguintes sobre o assunto. A Constituição Federal de 1988 elenca como princípio o acesso e permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação. Incluir é garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais condições suficientes de aprendizagem junto à escola (UNESCO, 2009).

Receber uma educação especial não implica em estudar numa escola especial, de fato, ultimamente, a terminologia educação especial está bastante associada à educação inclusiva. Esta tem gerado posições diversas entre os educadores, pois muitos sentem dificuldades na sala de aula quanto ao atendimento da turma e do incluindo. Consoante Raiça; Prioste; Machado (2006) tais divergências soam-se como naturais, pois esse processo teve início somente nas últimas três décadas.

A educação especial e inclusiva consoante as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica é uma modalidade educacional e está presente em todas as etapas e níveis de ensino. Assim sendo, a orientação é para que a mesma ocorra no âmbito do ensino regular, ou seja, junto aos demais alunos do ensino regular.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de

partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar. (BRASIL, 2004, p.12)

A necessidade especial educacional é inerente ao educando, já a inclusão demanda a disposição de muitas partes, começando pela família, Estado e toda a comunidade escolar. A comunicação estreita entre as partes interessadas no assunto produz olhares diferentes sobre a escola atual. E o novo olhar converge para um atendimento mais amplo dentro da escola pública, inclusive estabelecendo meios para alcançar e atender a todos que a procuram com o intuito de estudar.

Conforme Baptista (2006) a escola tem estabelecido uma estreita relação com a infância contemporânea. Sendo ela, o lugar que recebe a criança ainda em fase de maturação, e dá continuidade a sua formação junto com a família, assim, a escola sustenta um grau de significação dentro da sociedade. Como tal, ela deve assegurar de maneira categórica a vontade dos cidadãos que desejam ampliar os seus conhecimentos escolares. Ainda considerando o autor, o espaço escolar amplia as dimensões normalizadoras, classificatórias, hierárquicas e marcadamente elitistas.

Nessa perspectiva, Mantoan (2005, p. 22) diz: a escola foi pautada para atender um aluno idealizado. Por essa razão houve a segregação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Contudo, há algumas décadas essa situação começou a mudar. Tal mudança advém com o trabalho duro de professores e pesquisadores da área em questão. As crianças e jovens que, por muito tempo frequentaram escolas especiais, hoje integram as turmas do ensino regular.

No entendimento de Mantoan (2005, p.24) “inclusão é o privilegio de conviver com as diferenças” é um processo de aprendizagem que ultrapassa os muros escolares. Quando se entende a importância de colocar os alunos com dificuldades educacionais nas turmas regulares, isso se torna um processo contínuo. Ainda que o aluno com especialidades venha frequentar a educação diferenciada, ele não pode deixar de fazer parte do ensino regular também.

Na educação especial com escolas diferenciadas, assim como seus profissionais, para atender o aluno deficiente pode fazer o educando avançar em algumas partes, visto o atendimento especializado. Por outro lado, pode dificultar a agregação desse estudante nas relações cotidianas fora da escola. Dessa maneira, a inclusão pode supri essa lacuna, pois causa naturalmente uma aproximação de toda a turma com o aluno especial, e isso é incluir.

A inclusão educacional, no entanto, não pode se contentar em apenas colocar o aluno junto com os demais na turma regular. É necessário prover formas e meios para esse aluno abstrair aprendizagem significativa nessa turma regular. Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013 preconiza que os estabelecimentos de ensino devem matricular todos os alunos com deficiências, cabendo às escolas organiza-se para o atendimento desses estudantes (BRASIL, 2013). Corroborando com esse assunto:

Integração das aprendizagens da criança à vida em grupo; Ruptura com a repetição estéril do mesmo exercício que não seja acompanhada de uma reestruturação que compreenda a situação; Reconhecimento da distinção entre o plano perceptivo e aquele cognitivo da educação, favorecendo a passagem de um plano a outro; Desenvolvimento na criança com deficiência, além dos instrumentos para satisfazer as suas necessidades e a remoção dos obstáculos impeditivos dessa satisfação, da vontade de resolver os problemas associados à sua condição e a necessidade de uma integração social. (BAPTISTA, 2006, p.24)

O contexto ao qual a criança com deficiência está inserida é fundamental para o desenvolvimento de suas potencialidades. O trabalho em grupo, mesmo dentro da sala de aula pode causar um despertar para a construção de novos saberes. Integra-se aos demais membros da turma é uma necessidade e torna-se natural conforme a convivência diária. Nessa medida, as crianças e adultos com deficiência ultrapassam barreiras ao aprender a conviver em comunidade.

Conforme Raiça (2006) a educação inclusiva parece ser planejada para atender todas as necessidades educacionais de crianças e adultos com deficiência. Assim, no âmbito da sala regular de ensino existe um movimento de integração, onde o aluno sente-se fazendo parte daquele meio. Além de ter a oportunidade de aprender os conteúdos escolares, tem também a chance de aprender novas maneiras de lidar com sua deficiência.

Pelo outro lado, de acordo com Raiça (2006) isso não ocorre na educação especial, visto que esta é planejada para acontecer em ambiente separado. Desta maneira proporcionando um distanciamento do aluno com as vivências do “mundo real”. As dificuldades oferecidas para o aluno deficiente numa sala regular, na maioria das vezes, ajuda-o a superar barreiras que, de outra forma seria muito difícil de ocorrer.

Por esta razão Raiça (2006, p.17) discorre que “Educação Especial e Educação Inclusiva são vistas como paradigmas, isto é, como modelos de

conhecimentos socialmente aceitos em determinadas épocas”. Atualmente, há um maior destaque para a Educação Inclusiva, porém em outros a Educação Especial se sobressaia. A inclusão educacional é tema relevante na comunidade internacional. Nessa medida, para a autora convivemos com diversos paradigmas, que vai desde a segregação, integração até a inclusão.

Segundo Bueno (2004) as discursões acerca do tema inclusão são fundamentais, não só para os deficientes, mas para toda a população que necessitam de escolas melhores, principalmente, as unidades de ensino público. Para o autor a educação inclusiva é um ramo da educação especial cada uma assume paradigmas que as distingue. O quadro 01 aponta alguns desses paradigmas:

Quadro 01 - Principais paradigmas entre a educação especial e inclusiva. Fonte: Raiça (2006, p.19)

Paradigma Especial	Paradigma Inclusivo
Foco nos déficits da criança	Foco nas ilhas de inteligência preservadas
Ênfase no treinamento da criança para o ajuste ao meio escolar.	Ênfase na mudança de ambiente para proporcionar melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento.
Diagnósticos baseado em testes de inteligência.	Diagnostico multidisciplinar, realizado por médico, psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, pedagogo, professores e outros.
Objetivo do diagnostico é identificar o QI e limitações para indicar a escola apropriada.	O objetivo do diagnostico é identificar habilidades previas e necessidades de apoio.
Atendimento em classe ou escola especializada, separado das demais crianças.	Atendimento em classe regular junto a seus pares de idade, com apoio especializado ao professor.
Escolas preparadas para receber o aluno com especialidade de problema. Escola só para surdos, por exemplo.	Escolas preparadas para educar na diversidade.
Professores especialistas em determinada deficiência.	Educadores preparados para oferecer ensino de qualidade a qualquer criança.
Objetivo educacional centrado no treinamento, com o intuito de favorecer a adaptação social da pessoa.	Objetivo educacional centrado na aprendizagem significativa, favorecendo a aquisição de habilidades pessoais, sociais e inclusão social da pessoa com deficiência.

Consoante Raiça (2006), Quadro 01, há diferenças acentuadas entre o paradigma anterior e o atual no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. O foco da Educação Especial, por exemplo, é restrito aos

déficits do educando e com isso visa treiná-lo baseado nesses déficits. Esse paradigma busca professores especializados em cada deficiência, ou seja, o objetivo é adequar o discente ao meio social.

Pelo outro lado, a Educação Inclusiva dentro do paradigma moderno, foca na inteligência mostrada pelo aluno. Tem como objetivo ambientar esse estudante ao meio social, mesmo com suas diferenças. Por isso, o atendimento desse discente acontece em salas regulares de ensino, junto aos demais alunos. Neste sentido, o objetivo da Educação Inclusiva é identificar habilidades prévias e desenvolvê-las com apoio especializado.

Nota-se, portanto, que a inclusão educacional segue paradigmas mais favoráveis ao aluno com deficiência. O discurso atual enaltece o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, enquanto o velho paradigma segrega esse mesmo aluno. Assim, ao observar a evolução histórica da educação especial compreende-se o quanto há para se evoluir na questão da inclusão educacional.

1.2 PERSPECTIVAS HISTORICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, no Brasil, ganhou notoriedade a partir da década de 1970, quando os olhares da comunidade internacional se voltam para os aspectos da qualidade educacional em todos os sentidos. A educação para todos preconizada, desde 1948, pelo documento de Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH demanda buscas por formas educacionais capazes de atender àqueles com deficiência.

A partir do momento em que se entende a educação ser uma necessidade para a progressão humana, seja ela formal ou informal, busca-se maneiras de educar em escolas especiais àqueles alunos com deficiência de qualquer natureza. As escolas especiais atende, especificamente, cada situação de deficiência, ou seja, em certos casos ela pode atender o aluno de forma individual, buscando sempre adequá-lo aos saberes existente.

As escolas especiais crescem em nosso país na década de 1970 com vistas a atender os preceitos elencados na DUDH. Basicamente, essas escolas atende, por especialidade e visam treinar as habilidades dos alunos naquilo que constitui o seu objeto de ensino. O poder público também ficou omissa por muito tempo em relação ao atendimento educacional das pessoas com deficiência. Neste sentido:

As iniciativas privadas configuraram-se nesse período como a própria expressão do atendimento implantado. Embora o modelo institucionalizado possa ser considerado segregacionista, pois mantinha as pessoas com deficiências distantes dos espaços regulares de ensino, é preciso levar em conta que esse modelo, em certa medida, propunha-se a responder às necessidades educacionais específicas dos diferentes tipos de deficiência. Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu em grande medida para que o poder público tenha se isentado desse compromisso no sentido de inviabilizar ou até mesmo dificultar o ingresso e a permanência das pessoas com deficiências na escola regular. (ROMERO, 2006, p.21)

O reconhecimento e valorização das pessoas com necessidades especiais, principalmente, ao tratar-se de educação formal aumentou com o advento das APAEs (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) a partir de meados da década de 1960. Nessa época, a APAE tinha como objetivo treinar pessoas do sexo feminino com deficiências para atuar no campo profissional. Consoante Mazzotta (2005) a primeira unidade apaeana foi inaugurada em 1971 no estado de São Paulo.

O movimento em criação da APAE foi imaginado a partir da *National Association for Retarded Children* dos Estados Unidos da América que tinha por objetivo central fortalecer os cuidados às crianças com necessidades especiais. Para tanto, associar-se determinou a sua implementação em muitos países. A Segunda Guerra Mundial deixou muitas pessoas lesionadas o que acelerou a criação de uma instituição de forma tão relevante.

Nota-se a mudança de paradigmas durante a história em relação aos fatos, no caso da educação de pessoas deficientes, por meado do século XX tinha-se a intenção primeira de educá-los nas escolas especiais, como é o caso da APAE. Além disso, fornecer-lhes cuidados em certos aspectos e ajudar os pais a lidar com aquelas situações mais difíceis em relação ao filho deficiente. Assim, o paradigma vigente na época apontava até para o atendimento individualizado do aluno, com vistas a desenvolver a sua capacidade de convivência em sociedade.

Em certa medida, a educação especial favoreceu a evolução de muitas crianças e adultos. Pelo outro lado, as escolas especiais proporciona a segregação desses indivíduos, ou seja, dificulta a sua relação com os demais membros da sociedade. Em conformidade com Mantoan (2005) o desejo por garantir homogeneidade nas turmas escolares, acabou destruindo muitos sonhos, além disso, afastando a diferença das escolas, muitas vezes, diferenças salutaras para o

desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Ainda considerando esse contexto, há que se notar que:

No decorrer da existência humana, a perspectiva social em relação aos portadores de deficiências, nem sempre foi a mesma, sofrendo alterações paralelamente à evolução das necessidades do ser humano e à própria organização das sociedades. (CAMPOS; MARTINS, 2008, p.223)

Na história, os portadores de deficiência passam por diferentes momentos, conforme o paradigma da época. Segundo os autores o tratamento dispensado aos deficientes está relacionado com a evolução das necessidades humanas. O paradigma atual, por exemplo, é de proteção aos direitos dessas pessoas, além disso, a sua inclusão superando os preconceitos históricos. Entretanto, houve épocas que os deficientes eram tratados de forma cruel.

A estrutura e a organização das sociedades antigas permitiam que os deficientes fossem banidos, ou seja, aquele que nascesse com deficiência seria morto ou posto em condições degradáveis. A história mostra que o paradigma em relação a essas pessoas evoluiu bastante. Pois, nas sociedades antigas eles nasciam sem o direito de continuar vivos.

Neste sentido, Correa (1997) na Grécia antiga ao nascer uma criança deficiente seria imediatamente levada e abandonada no alto de uma montanha. Em Roma a situação não era diferente, de acordo com o autor, as crianças com deficiência eram jogadas, ao nascer, no rio. De fato, os registros históricos apontam para resistência em relação os portadores de deficiências. Neste sentido, o preconceito contra essas pessoas decorre de muitos tempos.

Ainda no período mais recente, a Idade Média, as pessoas portadoras de deficiências eram associadas a demônios, feitiçarias e algo muito ruim (FERREIRA, 1994). Dessa maneira, as pessoas com necessidades especiais foram ganhando espaço aos poucos, contudo, sofreram a exclusão social durante muitos tempos. Somente com as garantias em documentos internacionais as mudanças começam ocorrer.

As escolas especiais, onde acontece a Educação Especial é só um dos espaços que marcam a segregação ocorrida ao longo da história das pessoas com deficiências. O século XX possibilitou a institucionalização de escolas ou classes

sociais, conforme Ferreira (1994). O atendimento a criança ou adulto nesses espaços proporcionou uma educação diferenciada das classes regulares.

No Brasil, a educação de pessoas com deficiência ocorre com a participação direta da sociedade civil organizada. Instituições como a APAE serviram para emancipar os direitos desses indivíduos, dando-lhes suporte não só nos estudos, mas também na convivência cotidiana. Nessa perspectiva, a educação especial representou, durante muito tempo, um marco histórico na vida das pessoas com necessidades educacionais especiais.

No entendimento de Mantoan (2005) conforme a evolução social e a percepção de uma sociedade em sua forma mais justa busca-se viver de maneira mais estreita com os deficientes. A Constituição Federal de 1988 estabelece a Educação como dever do Estado e colaboração da sociedade para o pleno desenvolvimento da pessoa. Assim, é garantido a todos que estejam no Brasil matricular-se e estudar nas escolas públicas.

O documento chamado “Diretrizes Curriculares da Educação Básica” de 2013, fala sobre as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Nessa medida, o Estado brasileiro visa oferecer educação a todos, consoante à Constituição Federal vigente. Porém, a própria diretriz curricular reconhece que, apenas a educação especial para os deficientes, não é suficiente. Assim, diz que todos os alunos devem estudar em escolas regulares e, caso precise, complementar com a Educação especial.

A Educação Especial no Brasil, a partir da Constituição cidadã (1988), demonstrou não denotar suficiente aprendizagem e desenvolvimento às crianças e adultos e especiais. Por conseguinte, a luta pela educação inclusiva ganha força diante da segregação dessas pessoas. Atualmente, a educação inclusiva é objeto de discussão entre pesquisadores, acadêmicos e professores. Muitos acreditam que a inclusão educacional é a melhor forma de o mundo oferecer educação a todos.

Nessa medida, para implementar as políticas nacionais em relação a educação inclusiva foi aprovado o Decreto Presidencial de nº. 6.571 de 2008 com o objetivo de firmar a intenção de a União prestar apoio técnico e financeiro para o atendimento educacional especializado em todo o país. O Decreto 6.571/08 regulamenta o Art. 60 da Lei 9.394/96 e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 6.253/07. Nota-se, portanto:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. § 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2013, p.300)

A prestação de apoio técnico e financeiro por parte da União é uma garantia, com isso os Estados, Distrito Federal e Municípios tem melhores condições de desenvolver uma educação complementar ou suplementar aos alunos deficientes. Assim, o apoio especializado deve ser ampliado dentro desse contexto, buscando-se desenvolver as habilidades desses discentes.

Neste sentido, o apoio especializado mencionado na lei é a configuração efetiva de um conjunto articulado de atividades e elementos capazes de oferecer oportunidades de aprendizagem a esses alunos. É importante salientar que a lei ressalta a necessidade de esse conjunto de atividades e elementos, ou seja, o apoio especializado está destacado na proposta pedagógica da unidade de ensino.

Mantoan (2005, p.13) “A diferença é, pois, o conceito que se impõe para que possamos defender a tese de uma escola para todos”. O ideal é encontrar formas de todos estudarem juntos em uma sala regular de ensino, ainda que o aluno especial tenha outro professor lhe acompanhando. O professor titular da turma precisa receber assistência com a finalidade de promover maior aprendizagem aos discentes incluídos.

De acordo com Mantoan (2005) a escola atual, ainda mantém uma resistência enorme em relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais. A resistência primeira ocorre no âmbito de suas instalações físicas, mas não só, há também a resistência em relação a grade curricular e os métodos de ensino. Entretanto, esses paradigmas estão sendo superados conforme aumenta a consciência das pessoas.

Assim, segundo Raiça (2006) a educação especial estabelecida como modalidade de ensino pela Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Base – LDB de 1996 cada dia se aproxima mais da educação inclusiva. A legislação brasileira atual compreende que a matrícula deve ocorrer necessariamente no

ensino regular, contudo, caso precise, deve haver a complementação ao ensino do educando com necessidades especiais.

As unidades de ensino devem adequa-se a essas necessidades, pois ultrapassar a barreira da desigualdade entre os considerados “normais” e os deficientes é uma questão de postura da escola, assim como da sociedade. Neste sentido, o espaço escolar precisa refletir a aproximação entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Salienta-se que isso não ocorrerá instantaneamente, mas com a resiliência dos gestores e os demais membros da comunidade escolar.

1.3 A ATUAL SITUAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DO SURDO

A educação escolar é uma garantia constitucional a todos os brasileiros desde 1988, tal garantia foi reforçada pela Lei 9.394/96 – LDB, ela que representa o instituto infraconstitucional maior ao se tratar de educação no Brasil. Olhando pela ótica da legislação, os surdos têm o direito de matricular-se e estudar em classes do ensino regular. Pelo outro lado, pesquisadores desse assunto apontam para uma luta cotidiana dos surdos em busca de concretizar esses direitos. (COELHO; SCHUBERT; SILVA, 2017)

Os surdos têm uma língua própria para se comunicarem, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), ela pode ser aprendida por uma criança, desde muito pequena. Para tanto ela necessita de entrar em contato com a linguagem de sinais cotidianamente. A repetição dos movimentos dos sinais da Libras possibilita uma progressão no conhecimento prático dessas crianças. As dificuldades advêm quando as escolas de ensino básico regular, de maneira geral, não apresenta um ambiente adequado à aprendizagem dos alunos surdos. (MENDES; FIGUEREDO; RIBEIRO, 2015)

Desde que a história dos surdos começou no Brasil no ano de 1857 com a fundação do Império Instituto de Surdos Mudos durante o mandato de D. Pedro II as suas conquistas representa a evolução dessa comunidade. Passando por diversos momentos, atualmente, a língua de sinais para os surdos representa uma grande conquista. Nesse sentido, a Lei nº 10.436/2002 assegura a inclusão na grade curricular dos sistemas de ensino de quaisquer entes federado os cursos de

formação de Educação Especial de Fonoaudiologia e de Magistério o ensino da Língua Brasileira de Sinais. (MENDES; FIGUEREDO; RIBEIRO, 2015)

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002, p.1)

Permeiar o ambiente escolar, em quaisquer dos níveis de ensino, com a Língua Brasileira de Sinais é propiciar aos surdos e Deficientes Auditivos, e até mesmo aos alunos ditos “normais” a possibilidade de falar e se expressar gestualmente. De fato, estabelecer essa cultura que engloba todas as pessoas da comunidade escolar é uma preocupação da legislação brasileira há algum tempo.

Pelo outro lado, ainda há de se lamentar a necessidade de leis para ditar regras tão básicas no convívio escolar. A Língua Brasileira de Sinais, por exemplo, conta com os requisitos e estrutura completa como qualquer outra língua. Apreendê-la, portanto, é uma questão de interesse. Para Mantoan (2005) a escola e os professores tem a responsabilidade de divulgar essa língua importante através de suas convivências diárias com esses alunos.

A recente Lei nº 13.146/15 estabelece a inclusão das pessoas deficientes, ela é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O artigo terceiro desta, expressa em rol exemplificativo a necessidade do poder público junto à sociedade proporcionar formas de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais. Em seu inciso quinto, por exemplo, destaca a necessidade de acesso a comunicação e diz que a LIBRAS viabiliza a interação entre cidadãos com surdez, mudez ou não.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura em seu art. 4º “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Por conseguinte a legislação brasileira oferece diversas garantias aos deficientes, com o acesso à escola pública não é diferente. Dessa maneira, o momento atual é favorável ao atendimento dos asseios postulados pelas pessoas deficientes.

A pesar da legislação favorável, há de se considerar a fala de Mantoan (2005) no sentido de que a escola, em muitos casos, se exime de cumprir a sua responsabilidade em relação aos deficientes. E como destaca Raiça (2006) os

professores ainda estranham a presença desses deficientes em suas salas regulares de ensino. Ainda assim, há avanços para se comemorar, mesmo que estes estejam acontecendo de forma lenta.

No que se refere a inclusão dos alunos surdos é importante termos como horizonte que a maior dificuldade existente seja no processo de ensino aprendizagem, seja nas relações sociais existente na relação surdo versus ouvinte a comunicação é a grande dificuldade encontrada por ambas as partes, isto ocorre pelo fato do ouvinte não compreender a Língua de Sinais e do surdo por sua vez não compreender a escrita da Língua Portuguesa. (MARQUES, 2012, p.3)

A inclusão por meio dos facilitadores arquitetônicos ocorre com maior facilidade, já incluir o aluno surdo para que ele tenha igualdade de possibilidades de aprendizagem, como assegura a lei, é o que desencadeia lutas atualmente. Mantoan (2005) diz que apenas colocar os alunos com necessidades especiais junto com os demais, e não garantir a sua aprendizagem, não é incluir. A inclusão ocorre de fato quando as possibilidades de aprender são iguais a todos.

Marques (2012) destaca a dificuldade no relacionamento comunicacional entre os alunos surdos e os ouvintes. De um lado os ouvintes não entendem a Língua de Sinais e o surdo não consegue representar graficamente a Língua Portuguesa. Nessa medida, as dificuldades elencadas pelo autor estão no âmbito do espaço escolar. De forma que, a escola e os professores necessitam de encontrar maneiras de viabilizar esse diálogo.

Segundo Machado (2009) há de se estimular a Língua de Sinais na comunidade ouvinte, e pelo outro lado ensinar os surdos a se utilizar da Língua Portuguesa escrita. Nesse caso, ambas as partes terão a necessidade de buscar o bilinguismo para concretizar uma comunicação ideal a todos. Ressalta-se que certas deficiências têm a garantia de lei para que o aluno seja acompanhado de um professor itinerante. O professor itinerante, por exemplo, ficará a disposição do surdo para viabilizar o desenvolvimento de sua escrita.

Para Lacerda (2006) os surdos vivenciam inúmeros fracassos no interior da escola relacionados à “quebra” de comunicação por falta de entendimento, seja da parte ouvinte ou do próprio surdo. Na concepção de Silva (2014) as escolas devem se mobilizar sempre para assegurar um trabalho centralizado na aprendizagem efetiva da LIBRAS, mesmo porque esta é uma língua de interesse nacional.

Propagar a língua de sinais nas escolas é de fato implantar a institucionalização da cultura surda, onde todos os envolvidos têm muito a ganhar na aprendizagem.

A interação entre as partes que compõem a comunidade escolar é imprescindível para a construção de um espaço propício ao convívio e a aquisição de conhecimento. Nessa medida, enquanto o conflito permanecer em relação à comunicação do surdo com o ouvinte a possibilidade de fracasso está convivendo com esse contexto. Olhando de outra forma, trabalhando-se no dia a dia para enfrentar essa questão é a garantia de criar um ambiente para o sucesso escolar. Ainda nesse sentido:

Esse movimento de luta para a efetiva implementação da Libras no ensino regular ganhou mais força a partir da Lei Federal nº 10.436 (2002), que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação originada nas comunidades de pessoas surdas, do Brasil. Todos esses encaminhamentos relacionados à língua dos surdos, ocorridos nas últimas duas décadas, colaboraram para que a filosofia educacional baseada no bilinguismo obtivesse maior visibilidade na educação dessa comunidade. (SILVA, et al., 2018, p.468)

É salutar para a efetiva inclusão educacional que as escolas adotem o ensino de Libras para todos os alunos. A legislação dá essa garantia, entretanto, para os surdos o importante é se beneficiar do conteúdo dessas normativas e a escola é fundamental na construção da ponte comunicacional de surdos e ouvintes. Adquirir uma nova língua demanda dedicação, métodos e estudos ideais para o espaço escolar.

Segundo Svartholm (2014), a ideia de bilinguismo amplia o conhecimento dos alunos, não apenas na linguagem, mas expande também a construção ideológica do ser, principalmente, fazendo os ouvintes entenderem melhor as necessidades inerentes às pessoas surdas. Dessa forma, valorizar a Libras a partir do Projeto Político Pedagógico da escola é estreitar a cultura surda dentro das vivências nesse espaço.

Há dois modelos predominantes para a aquisição do bilinguismo nas escolas brasileiras, o primeiro: proporciona a aprendizagem da língua de sinais e da língua oral/auditiva majoritária com a alfabetização na língua de sinais em segundo plano. E o segundo: descarta a necessidade de aprendizagem da língua oral, priorizando que o surdo adquira a língua de sinais e a língua majoritária na modalidade escrita (SILVA, et al., 2018).

Assim, uma das formas para garantir a inclusão significativa dos surdos nas escolas brasileiras não é apenas assegurar a sua matrícula, mas ensinar-lhe e, além disso, oferecer meios para facilitar a sua comunicação com os demais alunos. Consoante Raíça (2006, p.93) “a educação inclusiva tomada como modificação do ambiente escolar, nos aspectos arquitetônicos, organizacionais, curriculares ainda está em processo de amadurecimento”. Evoluiu-se, principalmente, em termos de leis sobre o assunto, na prática há muito para conquistar.

1.4 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO PARA SURDOS

O processo de inclusão de surdos na escola regular ocorre a partir do seu letramento e alfabetização. Para que haja esse letramento e alfabetização a escola e os professores, assim como todos os membros da comunidade escolar devem trabalhar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e também a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. Dessa maneira o aluno surdo amplia a sua oportunidade de aprendizagem.

A população de alunos deficientes matriculados em escolas públicas aumentou consideravelmente nos últimos anos, conforme a garantia oferecida pela legislação brasileira e convenções internacionais. Essas escolas, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN do ensino básico, em sua pluralidade, deve encontrar meios de incluir esses alunos com deficiência. Neste sentido, o próprio Projeto Político Pedagógico – PPP da escola pode assegurar a melhor maneira de ofertar educação aos surdos.

Em geral, os alunos surdos têm maior facilidade de dominar a LIBRAS, porém a dificuldade consiste em usá-la no âmbito da escola, pois os demais alunos não têm domínio desta. Para não haver essa ruptura no processo comunicacional entre surdos e ouvintes é necessário o bom senso por parte daqueles que habitam a comunidade escolar. O ideal, no entanto, seria a adoção, por parte da escola, da aprendizagem bilíngue. (SOUSA; LIMA, 2014)

Nessa perspectiva, a comunicabilidade entre surdos e ouvintes deve ser usada como pretexto para trabalhar a LIBRAS e o Português na sala de aula, de maneira a incluir o aluno surdo. Conforme Sousa e Lima (2014, p.145) “O maior problema na educação dos surdos gira em torno do processo de aquisição da leitura

e da escrita do Português”, visto que dominam a Libras e, por conseguinte necessitam adquirir como segunda língua o Português e sua modalidade escrita.

Há uma percepção de que os surdos são limitados em suas praticas sociais, profissionais, culturais, politicas e educacionais, isso para quem convive e compreende o mundo dos surdos sabe que não é verdade. Os surdos têm grandes capacidades que devem ser exploradas dentro do universo escolar. Nessa medida, ainda que ele tenha dificuldades de aprender a escrita do Português é imprescindível que se persista com a utilização de métodos que envolva a todos da escola.

Na perspectiva de Sousa e Lima (2014) o aluno surdo terá como língua primária a Libras e secundária a Portuguesa, tendo aquela para o seu uso mais comum nos processos comunicacionais e esta para ler e produzir trabalhos acadêmicos ou científicos. Essa compreensão traz uma afirmação positiva para o desenvolvimento dos alunos surdos, pois na medida em que se juntam aos demais (ouvintes) contextualizam-se e fortalece a possibilidade de aprender.

Para Sousa e Lima (2014, p.147) “O surdo é um sujeito normal como qualquer outro, capaz de interagir, aprender, criar e se comunicar”. Dessa forma, aqueles preconceitos de tratar o mudo como coitadinho ou incapaz deve ser deixado no passado. Eles, de acordo com a estimulação correta podem aprender a escrever e produzir textos, assim como trabalhos científicos. Percebe-se, em muitas ocasiões, os preconceitos da sociedade em relação aos mudos atrapalhando a implementação de politicas capazes de vencer essas dificuldades elementares.

Corroborando com essa ideia Laborit (1994, p.26) expõe: “recuso-me a ser considerada excepcional deficiente. Não sou. Sou surda. Pra mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta, é a sociedade que me torna excepcional”. Nota-se na fala da autora a indignação por ser discriminada e tratada diariamente como se fosse limitada na produção de resultados.

Dentro desse contexto, o letramento e a alfabetização dos alunos surdos devem ser tratados como prioridade nas escolas, principalmente, aquelas de caráter público. E, além disso, os velhos paradigmas precisam ser superados, pois não há de conceber que a sociedade atual continue enxergando os surdos como limitados diante dos desafios da vida. Nessa perspectiva pode-se notar a concepção de Araújo.

A princípio, o sistema escolar não pode oferecer as mesmas condições de práticas pedagógicas de alfabetização para alunos ouvintes e surdos, já que não falam a mesma língua. Equivocadamente, a língua de sinais, quando utilizada no processo de ensino da leitura e da escrita é preconizada como um meio para ensinar a língua portuguesa e não enquanto razão que se justifica por si só – direito da pessoa surda de usar a sua língua. A língua visual-espacial é utilizada apenas como um recurso a mais, mas jamais a reconhecendo em sua completude linguística. Esse quadro vem acentuando ainda mais a exclusão, pois os surdos são tratados como incapazes de entender a estrutura da língua portuguesa. (ARAÚJO, 2015, p.3)

A responsabilidade de equacionar essa questão está sobre as escolas, segundo os PCNs da educação básica. Por esta razão, há escolas que dão maior atenção ao assunto, enquanto outras tratam com indiferença o assunto. De maneira que, não uniformidade com relação à abordagem no ensino de pessoas com deficiência auditiva. Em muitos casos, segundo a autora, ao invés de ocorrer a inclusão dos alunos surdos, ocorre o contrário.

Buscando compreender mais de perto, a situação dos alunos surdos, em relação ao letramento e alfabetização nota-se falhas elementares, ou seja, há falta de preparo das escolas e dos professores em relação ao ensino desses discentes. Vale ressaltar que, vive-se atualmente em meio ao processo de mudança, onde os surdos ganham mais espaço na sociedade, e a própria legislação estabelece a necessidade de incluir os surdos.

A inclusão com resultados favoráveis à comunidade escolar surda não virá com as práticas pedagógicas voltadas a atender apenas o público ouvinte. Essas práticas têm causado o aumento do déficit de aprendizagem entre os alunos surdos e também dificultado o uso da língua portuguesa no processo de construção textual e acadêmica. Nessa medida, somente adotando novas formas de lidar com a questão é que se alcançarão outros resultados (ARAÚJO, 2015).

Consoante Araújo (2015) a formação continuada dos profissionais que lidam com ensino de mudos é muito significativa, pois a falta dela causa um enorme lapso na aprendizagem desses alunos. O processo de letramento e alfabetização conforme Soares (2010) ocorre de forma simultânea e interdependente. Nessa medida, a alfabetização e letramento dos alunos surdos devem contemplar seus anseios por interagir com o mundo e este interagir com eles dentro de um processo significativo.

A Libras é o principal elemento na alfabetização e letramento da pessoa portadora de surdez. Ela é uma língua completa e capaz de colocar os estudantes surdos em igualdade com os demais. Negligenciar o seu ensino para os surdos é fracassar como educador. A escola de maneira geral deve considerar a Libras como a língua natural dos surdos e até mesmo entre os ouvintes, visto que ela emerge espontaneamente na linguagem gestual cotidiana (ARAÚJO, 2015).

Os surdos aumentam a sua consciência de mundo ao lidar com aprendizagens significativas. A escola, por meio do letramento pode oferecer a esses discentes mais dignidade, pois a Libras é uma das maneiras mais ampla do surdo lidar com as múltiplas facetas da sociedade. Assim, a alfabetização de surdos deve ocorrer, normalmente, como acontece com a Língua Portuguesa nas escolas brasileiras.

2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS

2.1 A IMPORTANCIA DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A língua primeira, que faz parte da realidade entendível do mundo ao redor dos surdos, é a língua de sinais. Nem sempre a língua de sinais, hoje conhecida como LIBRAS teve espaço nos locais “oficiais” onde estavam os ouvintes, dessa maneira os surdos eram excluídos dos ciclos de comunicação, visto que a linguagem oral prevalecia. A língua de sinais tão rechaçada em grande parte da história geral e educacional, ganha importância a partir do momento em que se constatou o fracasso das práticas oralistas de promoção da aprendizagem aos surdos (PEIXOTO, 2006).

Essa constatação veio através de investigações de diferentes ciências, como exemplo cita-se linguística, psicologia, educação e neurologia. Profissionais dessas áreas aprofundaram-se no assunto e encontraram respostas que divergia das práticas até então. Dessa maneira, a possibilidade de novos olhares recaiu sobre a condição dos surdos, seja na escola ou na sociedade. Ressalta-se que essas descobertas constam de processos recentes e, portanto, ainda vive-se essas transformações.

Essas transformações trouxeram para o cotidiano dos surdos e também dos ouvintes a Libras, Língua Brasileira de Sinais. Segundo Peixoto (2006) os surdos tem como língua primária a Libras e secundária a Língua Portuguesa escrita. Para eles a língua de sinais parece natural, entretanto, confrontá-la com a Língua Portuguesa escrita é bastante trabalhoso, visto a codificação diferente.

Para Araújo (2015) o processo de aprendizagem do surdo em relação à língua escrita é similar à aprendizagem de uma língua estrangeira para os ouvintes. Nessa medida, entende-se a dificuldade para os surdos, dominantes de Libras, adquirir uma segunda língua. Pelo outro lado, o seu contexto diário praticamente obriga-os esforça-se em prol de uma comunicação relevante aos surdos e aos ouvintes. Naturalmente que, durante a infância a aquisição bilíngue torna-se menos penoso.

Atualmente com os estudos mais avançados sobre o tema, os estímulos para que os surdos dominem ambas as línguas é natural, tanto na escola quanto no ciclo

familiar e social. Há dessa maneira uma mudança de mentalidade da sociedade, onde se entende a importância dos surdos e seus processos comunicacionais. De fato, para Mantoan (2005) essa mudança de consciência social está em curso com alguns avanços em certos pontos.

Os órgãos institucionais, por exemplo, e a própria legislação do país assegura condições de equidade nas relações entre surdos e ouvintes. Assim, em termos históricos em se tratando da alfabetização e tratamento aos surdos houve avanços a ser considerados. Pelo outro lado, Baptista (2006) afirma que o cotidiano escolar ainda não reflete as mudanças postas no “papel”, ou seja, a legislação. Nessa medida a alfabetização dos surdos na realidade escolar encontra diariamente serias dificuldades.

Por esta razão há uma corrente de educadores que defende o estudo bilíngue dentro das unidades escolares. Para eles, o bilinguismo apresenta-se como uma solução imediata ao processo de comunicação dos alunos surdos. Porém, a discussão foca na vertente de que as escolas precisam oferecer elementos no ensino dos surdos para efetivar a sua aprendizagem. O que torna a língua portuguesa acessível aos deficientes auditivos é o processo metodológico utilizado pelo professor de línguas.

A alfabetização bilinguista prevê que sejam utilizados alguns recursos para que a mesma seja efetiva. São eles: desenho, produção coletiva, produção gestual e facial, o que não difere em muito do processo de alfabetização de alunos ouvintes, mas que para o surdo, pois segundo Lucena (1987) isso se torna fundamental para o surdo, (...), pois não se limita só à Alfabetização, mas a um trabalho conjunto de aquisição de conhecimento e desenvolvimento de linguagem (MEDEIROS; SOUSA, 2018, p.2).

Nesta medida, a utilização de elementos como desenhos, produção gestual e facial pode enriquecer o ensino aos alunos surdos. Os autores ainda destacam que o ensino de surdos é bem parecido com o de alunos ouvintes. Assim sendo, a questão de dificultar ou facilitar a aprendizagem desses alunos está mais voltada para a linha pedagógica da instituição escolar e da metodologia aplicada pelo professor.

Ressalta-se, dentro do processo de alfabetização dos alunos surdos que, as produções coletivas promovem a interação da turma e isso é um elemento fundamental para a sua aprendizagem. A legislação brasileira que trata do tema advoga que, a escola e os professores tendo conhecimento das peculiaridades

desses discentes devem lhes oferecer uma aprendizagem significativa, e neste sentido, de acordo com Medeiros e Sousa (2018) o plano de aula do professor precisa contemplar os elementos visuais.

Quando Medeiros e Sousa (2018) ressalta a importância de se utilizar elementos visuais para o ensino de surdos, é importante lembrar que, estes elementos, como o desenho ganham maior poder em uma linguagem não verbal. Para Mantoan (2005) ultrapassar as barreiras diárias é essencial para a construção de um povo voltado a evolução do próprio ser. A linguagem é apenas um dos fatores que obriga a mudança de comportamento em relação às pessoas surdas.

Consoante Gesueli (2006) dentro desse contexto de oportunizar significantes aprendizagens aos alunos surdos é essencial que eles tenham contato, quando criança, com professores surdos. Para o autor pesquisas mostram que esse contato inicial com professores surdos amplia a visão do aluno, além disso, contextualiza-os na comunidade surda. O sentir-se fazendo parte da comunidade colabora com a sua aprendizagem diária.

“Temos observado, então, que o reconhecimento de sua condição surda começa a aparecer em crianças na idade de 5-6 anos. Antes do contato com o surdo adulto esse reconhecimento se dava tardiamente ou nem chegava a acontecer” (Gesueli, 2006, p. 286). No âmbito escolar tem se observado uma maior produtividade dos alunos surdos quando há o reconhecimento de sua própria condição. Neste sentido, significando uma evolução histórica, política e psicológica na construção da subjetividade dessas crianças.

Conforme Capovilla e Capovilla (2002) há uma forte necessidade de produzir estudos capazes de constatar a eficácia do estudo bilíngue à comunidade surda. Para eles representaria um fracasso caso este método não consiga elevar o nível de leitura desses alunos. Os alunos surdos com carga de desenvolvimento educacional apropriada conseguem chegar ao nível universitário. De acordo com dados do Ministério da Educação houve um aumento significativo de pessoas surdas nas universidades (BRASIL, 2006).

Diante disso, percebe-se o significado da Libras para a evolução na educação escolar de surdos. O Decreto 5.626/05 regulamenta as leis inerentes a Língua de Libras para os surdos e estabelece a inclusão da Libras na grade curricular da educação brasileira. São grandes conquistas para essa comunidade, muitas ainda no papel, porém novos parâmetros estão sendo criados diante da problemática. O

decreto garante ainda que, a educação infantil e fundamental séries iniciais deva ser praticada por professores bilíngues. Neste mesmo sentido destaca Lodi:

Embora o direito dos alunos surdos à educação bilíngue seja também reconhecido no documento da *Política de Educação Especial*, tal educação é caracterizada como o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, além de haver o ensino da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para os alunos surdos. Assim, de forma contrária ao disposto no Decreto, a *Política*, ao orientar sobre a educação de alunos surdos, não deixa claro qual língua deverá ser utilizada pelo professor nas salas de aula inclusivas (língua portuguesa ou Libras), desconsiderando o fato de ser impossível o uso de ambas concomitantemente (LODI, 2013, p.55).

A fala da autora deixa claro que, ainda há muito para evoluir com relação ao ensino das pessoas surdas. Na sala de aula, o professor precisa decidir, caso tenha surdos na turma, qual a língua a ser utilizada. De maneira geral, a legislação deixa essas particularidades a cargo da escola e do professor. Pelo outro lado, estes cobram dos sistemas de ensino mais clareza nesses documentos. De fato, a alfabetização de surdos já evoluiu bastante em termos de legislação, contudo, nas salas de aula há muitos paradigmas a ser vencidos para que o ensino ocorra a contento.

2.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Diante das reformas constantes dentro do contexto educacional a necessidade de atualização do conhecimento, por parte dos professores, é essencial. As políticas públicas em relação à educação inclusiva estão em plena modificação e o profissional da educação deve atualiza-se para adequa-se a esse novo momento. No tocante ao ensino de pessoas surdas o Decreto 5.626/05 reafirmou que a Libras deve fazer parte da grade curricular na educação brasileira.

A apropriação desse novo conhecimento pelos professores é essencial à medida que, ao colocá-lo em prática facilita o desenvolvimento dos trabalhos na turma. Além disso, oferece um norte para a aprendizagem dos discentes surdos. Neste sentido, consoante Feitosa e Silva (2017) a formação continuada apresenta-se como um valioso processo na instrumentalização, pesquisa e aquisição de conhecimentos essenciais à labuta do professor.

Segundo Raiça (2006) o próprio currículo do professor em formação pedagógica oferece disciplinas que os capacitam diante desse novo cenário na educação brasileira, principalmente, ao se considerar a questão da inclusão. As alterações curriculares sofridas têm incorporado temáticas relevantes para a formação de professores. Entretanto, devido à celeridade na transformação das informações atualmente, é necessário que o professor faça a formação continuada.

A formação continuada agregará saberes ao professor capaz de orientá-lo no ensino de seus alunos. Ela se faz ainda mais necessária para aqueles docentes formados a mais de uma década. Conforme Raiça (2006) há cursos específicos para aqueles professores que trabalham com crianças surdas. Porém, de maneira geral, esses cursos trabalham prioritariamente as descrições de quadros clínicos, ao invés de trabalhar as situações praticas do cotidiano do professor. Ainda assim, é essencial que o docente busque conhecimento por meio desses cursos.

A formação continuada pode e deve ocorrer em todas as áreas do conhecimento, em todos os níveis e modalidades de ensino. Nesse contexto pode-se pensar na formação continuada em Libras para professores que atuam com alunos surdos. A formação em Libras para professores da Educação Básica é uma necessidade crescente no contexto atual da educação mediante as reformas educacionais (FEITOSA; SILVA, 2017, p.83).

Há um destaque das autoras para a questão da formação continuada em Libras, com vistas a atender as necessidades dos estudantes surdos. Nessa perspectiva, cabe ao professor manter-se atualizado e ao sistema de ensino oferecer-lhe esses cursos. Leite (2015) afirma que muitas vezes os professores se dirigem à sala de aula sem conhecer propriamente o seu aluno. Para a autora conhecer o aluno surdo e as consequências da surdez é pontual para uma aprendizagem de qualidade.

O debate se amplia, pois a escola precisa assumir o seu compromisso diante dessa problemática. E os docentes cotidianamente necessitam do apoio pedagógico diante dos inúmeros problemas. Pelo outro lado, as unidades de ensino precisam de professores capacitados tanto para o Atendimento Educacional Especializado, quanto para o ensino comum. Os professores atuantes nas salas de aula comum devem corresponder às expectativas de toda a turma, ou seja, deve atender cada aluno em suas particularidades de aprendizagem (FEITOSA; SILVA, 2017).

Considerando que nem todos os professores contam com alunos surdos em sua turma, ainda assim, as escolas e os sistemas de ensino deve mantê-los preparados, caso ele se depare com uma turma onde haja estudante surdo. Além disso, aprender a lidar pessoas surdas significa ampliar o leque de comunicação e conhecimento. Dessa forma, é sempre muito importante que o professor da sala comum se aproprie de novos elementos capazes de contribuir com a vida educacional desses estudantes.

Para Couto e Almeida (2014) ainda há uma incompreensão muito grande entre os professores com relação aos procedimentos e metodologias adequadas a serem seguidas em sala de aula. Em pesquisa desenvolvida pelas autoras com professores constatou-se esse fato. Há professores que consideram a Libras apenas um amontoado de mímicas, sem saber que a Libras é a língua oficial dos surdos no Brasil. Por esta razão, a necessidade de formação continuada prevalece em todos os momentos históricos, mas principalmente neste.

Muitos professores acomodam-se em relação a Libras porque na sala de aula contam com intérprete oficial. Porém, como dito anteriormente, mesmo o professor que regencia uma sala de aula comum deve se apropriar da Língua Brasileira de Sinais. Conforme Marques (2017) uma escola que atenda alunos surdos deve considerar a língua de sinais um artefato cultural. E a partir de então criar um universo educacional voltado à aprendizagem de todos os alunos. Corroborando com essa ideia:

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado (SAVIANI, 2010, p.53).

O autor fala de uma realidade comum à maioria das escolas brasileiras, a falta de condições adequadas de ensino. Portanto, as condições adequadas favorece a atuação do docente na sala de aula. Com isso, o que se nota é um complexo de responsabilidades e atuações para que o ensino ao surdo aconteça em conformidade com o que diz a legislação.

As condições favoráveis permite ao docente atualizar o seu conhecimento, assim como preparar as suas aulas de maneira pertinente. Para Marques (2017) os professores devem assumir a responsabilidade de buscar a sua própria formação continuada. Neste sentido, ressalta-se a enorme quantidade de cursos através da *internet*, ou seja, de maneira *on-line* é possível se manter atualizado nos mais diversos assuntos. Assim sendo, fazer formação continuada aos docentes é apenas questão de se conectar e aprender.

2.3 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA EM PROL DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO

O contexto educacional atualmente exige mais das famílias em prol das necessidades dos alunos. A escola como meio de desenvolvimento do ser está sempre buscando novas maneiras de formar parcerias com as famílias e com isso garantir mais qualidade no ensino-aprendizagem. No atendimento de alunos com surdez a boa relação entre essas entidades constitui elemento fundamental.

Para Vasconcelos (1994) a família pode ajudar no gerenciamento básico da sala de aula ensinando a seus filhos comportamentos elementares que ajudam direta ou indiretamente o professor. Esse papel da família é imprescindível diante de qualquer situação educacional e mais ainda quando se trata de alunos com necessidades especiais.

A família pode ajudar na construção da disciplina, através de algumas práticas: readquirir a prática do diálogo, ser capaz de impor limites, estabelecer horários, superar a oscilação entre a permissividade e o autoritarismo, estabelecer e cumprir limites (dialogando, chegar a limites razoáveis), não ceder diante da insistência ou chantagem, nunca dizer não sem explicar o porquê, não acobertar erros dos filhos, incentivarem os filhos a terem uma postura crítica, acreditar nas possibilidades do filho, desenvolver uma pedagogia de participação, atribuir responsabilidades aos filhos, entre outras (VASCONCELOS, 1994, p. 82).

A primeira relação estabelecida com a criança vem da parte familiar. Quando esta se predispõe a manter uma relação produtiva com o infantil as dificuldades parecem serem superadas com mais facilidade. Assim, à família cabe educar o aluno e à escola cabe escolarizar. É evidente que no decorrer do processo de ensino aprendizagem muitas vezes esses papeis se confundem. Pelo outro lado, quando ambas tem o seu papel bem definido tudo parece funcionar adequadamente.

Desta maneira a relação família/escola é intrínseca a manutenção de uma educação de qualidade.

O maior órgão da educação brasileira – o MEC em conjunto com a UNESCO - recomenda essa relação com nível adequado de qualidade. Para ambos “diversificar os sistemas de ensino e envolver, nas parcerias educativas, as famílias e os diversos atores sociais” (MEC & UNESCO, 2000, p. 56). A escola como base da educação deve envolver em seu contexto diário a presença produtiva das famílias, tanto para ajudar nas dificuldades, como para celebrar os resultados alcançados. Neste sentido há evidências de espaços para crescimento, ou seja, a relação família-escola deve ser ampliada em todos os seus aspectos.

A família possui papel decisivo na educação formal e informal, pois, além de refletir os problemas da sociedade, absorve valores éticos, morais e humanitários e aprofunda os laços de solidariedade. Portanto, é indispensável à participação desta na vida escolar dos filhos, pois crianças que percebem que seus pais e/ou responsáveis estão acompanhando de perto tudo o que está acontecendo, que estão verificando o rendimento escolar, perguntando como foram às aulas, questionando as tarefas e demais situações, tendem a se sentir mais segura e, em consequência dessas atitudes apresentam melhor desempenho nas atividades escolares.

Nesta medida, hoje é impossível desvincular a família dessa relação. Consoante Parolin (2007, p.36) “a qualidade do relacionamento que a família e a escola construírem serão determinantes para o bom andamento no processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”. E para o aluno surdo mante-se num ambiente que receba atenção a suas necessidades é muito relevante para a sua aprendizagem, tanto no contexto da escola quanto da família.

Todo esse discurso não pode ser entendido como fraqueza de aprendizagem por parte dos estudantes surdos. Pelo contrário, eles têm muita capacidade de aprendizagem, entretanto a eles devem ser apresentadas as ferramentas corretas. É natural que estudantes surdos sintam dificuldades em aprender quando exposto a metodologias de ensino próprias para não surdos. Nesta medida a interação entre a família e a escola ajuda corrobora também para o aprimoramento dessas questões.

Para Rossini a família “precisa estar informada sobre a linha de conduta que a escola tem com seus filhos e, o que é fundamental, concordar com esta linha: é

preciso falar a mesma língua”. (ROSSINI, 2001, p.44). Padronizar o atendimento aos estudantes é fundamental, desde que se tenha um padrão elevado de ensino e aprendizagem e o mesmo contenha certa flexibilidade em relação às mudanças atuais, principalmente se tratando de tecnologias.

Nessa interação família/escola em prol do desenvolvimento da qualidade no processo educacional, as discursões sobre os recursos tecnológicos não podem ficar de fora. Sabe-se que a tecnologia é uma forte aliada do ensino. Os alunos surdos necessitam de interação com os meios tecnológicos para usa-los de maneira adequada às suas necessidades.

Quando a família participa ativamente na aprendizagem do aluno, o ensino do professor torna-se gratificante e todos ganham com melhores resultados na escola e em casa. Assim, para Vélez “lugar onde crianças, famílias e profissionais convivem, crescem e aprendem juntos. Onde todo esse conjunto de experiências, vivências e relações seja fonte de crescimento e aprendizagem para toda a comunidade educativa” (VÉLEZ, 2008, p. 15).

No contexto do estudante surdo essa convivência de criança, família e profissionais marca a base de uma aprendizagem significativa, além disso, reforça as possibilidades de sucesso da escola e do aluno. Nesta medida, para Correa (1997) o aluno surdo em classes regulares é um pressuposto para a participação da família na escola. Contudo, a família não deve ir a escola apenas diante de motivos, ela deve se motivar a participar na escola com o intuito de obter bons resultados na vida de seu filho.

Pinto (2000) ressalta a importância de se construir um convívio íntimo entre família e escola:

Devido à importância do ambiente familiar na aprendizagem escolar, os professores devem também desenvolver estratégias para aumentar a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Isto significa que os professores deverão no início do ano fazer reuniões com os pais dos alunos e trabalhar com estes para ver se a aprendizagem é valorizada em casa. Os professores deverão encorajar os pais a envolverem-se diariamente nas tarefas escolares dos filhos, ajudando-os nos trabalhos de casa, controlando o tempo que passam a ver televisão, lendo histórias para os seus filhos mais novos e expressando simplesmente a expectativa de que os filhos irão ter sucesso na escola (PINTO, 2000, p. 95).

As reuniões esporádicas não são suficientes para garantir a presença dos pais na escola, mesmo porque a constância dessa presença é que gera bons

resultados. Assim, os profissionais da educação devem sempre buscar formas de viabilizar essa interação com a família, claro, sem aquela cobrança exagerada. A família vai participar mais quando sentir a importância dessa participação. E nessa medida o ensino da escola será valorizado no ceio da família.

No seu trabalho diário os professores devem encorajar os pais no relacionamento mais íntimo com a vida escolar de seus filhos. Para tanto deve haver uma predisposição dos pais neste sentido. Resolver as tarefas de casa junto com o filho deve ser um dos fatores que fortaleça essa relação. Nos casos de alunos especiais, os surdos, por exemplo, a participação dos pais é muito importante. De fato é um mundo de descobertas e aprendizagens para ambas as partes.

Trabalhar a disciplina dos filhos é um fator relevante e colabora para a qualidade das aulas na escola. Assim sendo, a colaboração da família não se resume ao contexto escolar, mas em todos os momentos dentro do próprio lar. E a educação de surdos por se firmar numa base educacional diferente exige bastante à participação dos pais na própria escola ou em casa.

2.4 OS DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO DOS SURDOS

Os desafios inerentes à alfabetização de alunos surdos é tema de debates de longa data. Esses estudantes têm uma maneira especial de aprender, portanto, deve haver uma maneira especial de ensinar. Alfabetizar os surdos significa proporcionar-lhe a escrita convencional e letrá-lo significa dá condições para esses cidadãos construir a si próprios diante das inúmeras possibilidades que o mundo oferece. Naturalmente que, mesmo utilizando-se das ferramentas corretas essa alfabetização nas salas regulares é um grande desafio.

Ainda há professores que sentem-se amedrontados diante do desafio de lidar com alunos especiais em suas salas ditas regulares. De fato esse é um paradigma que precisa ser ultrapassado por todos os docentes, em qualquer nível de ensino. Mesmo com a grande divulgação do assunto nas escolas, as pesquisas acadêmicas apontam para um padrão de pensamento da maioria dos professores, eles acham que não são capazes de ensinar, nas salas regulares, alunos com necessidades especiais.

Nesta medida os desafios parecem se agigantarem quando o professor se mantém no velho paradigma. Assim, superar esses desafios implica em munir-se de

novas maneiras de pensar sobre o assunto. De acordo com Góes (2000, p. 31) “a produção de significados em relação ao mundo da cultura e a si próprios é um processo necessariamente mediado pelo outro, é efeito das relações sociais vivenciadas, através da linguagem”. Desta forma, o educador não deve se limitar a ensinar escrita e Libras aos surdos, mas ensiná-lo a perceber o mundo de vários vieses conforme a realidade.

Naturalmente que esses desafios são enormes dadas às transformações que se vive nessa área. Portanto não há um padrão definido para o ensino e aprendizagem neste sentido. Sabe-se que na escola regular o aluno surdo deve se apropriar de duas línguas, uma para escrever e a outra para se comunicar com o mundo, ou seja, o Português e a LIBRAS. A linguagem de “gestos” é praticamente natural para os alunos surdos, a escrita, no entanto não é fácil adquirir.

Na realidade é praticamente impossível alfabetizar os alunos surdos utilizando-se apenas dos códigos da língua portuguesa, ou seja, a escrita. O mais natural é reforçar no aluno a linguagem de sinais padronizada e posteriormente ensinar a escrita. Como ressalta Araújo (2015):

O surdo constitui a linguagem dele de sinais, através da língua de modalidade visual-espacial, ele não constitui o conceito de gramática tal como as línguas de modalidade oral. Na verdade, do ponto de vista lógico se torna um paradoxo se alfabetizar um aluno surdo através da escrita de uma língua que não seja pela língua de sinais, pois para ele é triplamente difícil porque tem: (1) todo o custo do código, (2) mais o custo da descoberta da língua e, (3) mais o custo da descoberta de uma estrutura gramatical que ele não tem no pensamento. Assim, se as práticas de alfabetização e letramento para surdos estiverem centradas no trabalho normativo da língua portuguesa, em técnicas e regras gramaticais e/ou em itens lexicais, sem considerar a interação e a língua de sinais no contexto da aprendizagem, seu resultado será inócuo (ARAÚJO, 2015, p. 5).

A linguagem natural do surdo não lhe garante inicialmente a aquisição de uma gramática, pelo contrário, ela acontece na chamada modalidade visual-espacial. Nesta medida, o professor precisa compreender o universo dos surdos para então oferecer-lhes as melhores ferramentas de aprendizagens. De acordo com a autora existe até um paradoxo quando se fala em alfabetizar os surdos somente por meio da escrita.

Assim, quando o trabalho de alfabetização se concentra em ensinar-lhes códigos da gramática portuguesa, sem considerar a sua língua natural o fracasso é praticamente certo. Nessa medida, em muitos momentos os professores sentem as

dificuldades de está com um aluno especial em sua sala. O pensamento do professor muitas vezes se volta para o atraso no conteúdo dos alunos ouvintes, pois precisa ensinar o surdo de maneira diferenciada.

O desafio, portanto, é superar os pensamentos de limitações e perdas. E assim saber que os alunos ouvintes têm muito a aprender com a língua dos surdos. Nesse universo de ensino/aprendizagem para os surdos, em salas regulares, todos os alunos aprendem e trocam conhecimentos. Dessa maneira o próprio professor precisa dinamizar as aulas viabilizando a interação de ambas as partes.

Outro desafio para o professor é a sua limitação em emissões sonoras, pois na alfabetização de alunos surdos não há essa necessidade de sons, por motivos óbvios. Assim, a metodologia de ensino do professor deve contemplar outros aspectos, como por exemplo, o visual. De fato, as aulas se tornam mais trabalhosas, entretanto os resultados podem ser satisfatórios para todos os alunos.

Segundo Paula (2007, p.11) “não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais especiais”. Nesse aspecto, o maior desafio é o surdo estar inserido em uma sala de aula regular e aprender com qualidade e de maneira satisfatória.

A própria escola junto aos profissionais de seu quadro deve encontrar formas de proporcionar um ensino significativo aos alunos com surdez. Atualmente, conforme as pesquisas acadêmicas sobre o tema, as escolas acolhem esses alunos, entretanto o desafio é oferecer o ensino de qualidade.

3 DESAFIOS DE ALFABETIZAR ALUNOS SURDOS: ANÁLISE NA ESCOLA ANTÔNIO GONZAGA BARROS, ITAITUBA-PA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros está situada na Av. Riomar Tapajós Virgulino Lages (23ª rua), Bairro Bom Remédio, nesta cidade de Itaituba / Pará. Fundada no dia 21 de setembro de 1981, na gestão do então Prefeito, Altamiro Raimundo da Silva, com o nome de Escola Municipal de 1º Grau “Antonio Gonzaga Barros”. A escolha do nome da escola ocorreu pelo desejo em homenagear o ex-vereador Sr. Antônio Gonzaga Barros, que prestou grandes serviços para o Município de Itaituba.

A Instituição de Ensino iniciou suas atividades pedagógicas e administrativas, com 02 (duas) salas de aulas, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) cozinha e 01 (um) banheiro. A Escola atendia a uma demanda de 245 (duzentos e quarenta e cinco) alunos, devidamente matriculados nos turnos: manhã, tarde e noite.

Naquela época, a composição da Escola se encontrava formado por 01 (uma) Diretora, cargo de nomeação, Profª. Rosirene Lopes Silva, 01 (uma) Secretária Escolar – Profª. Ana Maria Nascimento Cabral, 06 (seis) Professores, 04 (quatro) Serventes e 02 (dois) Vigias.

Atualmente a Escola está sob a administração do Núcleo Administrativo, para o biênio 2018-2020 assim formado: Antônio Carvalho Lima, Edilsa Barros Franco e Roseli Almeida da Silva. Além do Núcleo Administrativo atual a Escola se encontra composta por um quadro funcional distribuído conforme o demonstrativo a seguir.

b

Quadro 02 - Número de servidores que trabalha na Escola Antônio Gonzaga Barros

Nº	SERVIDOR	TOTAL
01	Diretor	01
02	Vice diretora	02
03	Secretária	01
04	Técnicos Educacionais	02
05	Psicopedagogo Institucional	01
06	Aux. De Secretaria escolar	08
07	Aux. de Serviços Gerais	14

08	Merendeira	04
09	Vigias	06
10	Professores	63
Total de servidores = 103		

Fonte: PPP Escola Antônio Gonzaga Barros (2019).

Quanto ao número de alunos, o quadro discente é formado por 1785 (Um mil Setecentos e Oitenta e cinco) alunos, distribuídos em 49 (Quarenta e nove) turmas, assim: Nos turnos manhã e tarde são 41 turmas atendendo alunos do Ensino Fundamental Regular, do 1º Ano ao 9º anos, somadas 01 turma de 3ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos. No turno noturno são 07 turmas compostas por alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). A extensão da Unidade de Ensino culmina com 01 Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atende alunos com necessidades educativas especiais.

Atendimento AEE.

A Instituição de Ensino Antônio Gonzaga Barros atende atualmente 39 alunos com Necessidades Educacionais Especializadas. Ela busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos em salas de aulas comuns, no sistema regular de ensino, de forma a promover a inserção social, a aprendizagem e o desenvolvimento social de cada um. Os alunos com Necessidades Educacionais Especializadas são atendidos também na sala multifuncional como determina o capítulo V, artigo 58, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacionais-LDBEN.

Na escola, a educação inclusiva é uma prática pedagógica dinâmica e flexível, ela promove relações família-escola, pois, para que a escola se torne inclusiva são necessárias: mudanças de mentalidade de toda equipe nela inserida, adaptações de conteúdos, metodologias adequadas, recursos humanos e físicos que deem suportes para atender essa demanda.

A inclusão está fundamentada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positiva, dando possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas.

Na Sala de Recursos Multifuncionais são lotados três profissionais especializados para fazerem o atendimento no contraturno do ensino comum desses alunos e também os profissionais especializados para trabalhar no apoio

especializado dos alunos Surdos e dos demais que necessitam de acompanhamento especializado na sala de ensino comum.

3.2 METODOLOGIAS APLICADAS NA PESQUISA

Em pesquisas científicas adota-se elementos capazes de explicar e validar todo o processo de investigação. O pesquisador busca os resultados por meio de processos objetivos, pragmáticos e metodológicos. Segundo Gonçalves e Meirelles (2004) a ciência que estuda os métodos de investigação e apresentação de resultados científicos é a Metodologia Científica.

Desta forma, a Metodologia Científica oferece ao pesquisador um meio a ser seguido para alcançar um resultado que possa validar todo o processo de pesquisa. Isso, para que os resultados apresentados sejam entendíveis e comprovados através de métodos científicos. Desta maneira, a metodologia tem como propósito nortear o trabalho desenvolvido pelo pesquisador. Segundo Ruiz, (2008)

É a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagrada pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa (RUIZ, 2008, p.49).

Salienta-se que esta é uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Em relação aos sujeitos que fizeram parte deste estudo, procedeu-se com seis (06) professores (as), pois três dos professores não respondeu. Sendo que a análise das informações ocorreu por meio da ordenação, na qual se precedeu da organização dos materiais, classificação dos dados com identificação dos aspectos relevantes em relação ao tema de estudo e análise final.

Foi utilizado como instrumento de dados o levantamento das informações já existentes sobre a temática em questão, e um questionário com dez perguntas para levantamento dos conhecimentos sobre a percepção do professor (a) quanto aos cuidados com o aluno surdo.

Em relação ao questionário, adotou-se as questões subjetivas para conhecer a opinião dos entrevistados sobre os cuidados com o aluno surdo na sala de aula, reconhecendo que todos são capaz de aprender, mesmo com dificuldades. De acordo com Ribeiro (2008), o questionário tem os seus pontos positivos e as

perguntas objetivas podem ser quantificáveis, de forma que os seus dados podem ser tabulados.

A escolha do instrumento de coleta de dados é tão importante que, Ribeiro (2008) preparou uma tabela para mostrar os pontos fortes e fracos de tais técnicas. O quadro 03 mostra as diferenças entre ambos.

Quadro 03 - Demonstram os pontos fortes e fracos em relação ao questionário. Fonte: RIBEIRO, (2008, p. 13).

INSTRUMENTO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Questionário	Garante anonimato	Baixa taxa de resposta para questionários enviados pelos correios
	Questões objetivas de fácil pontuação	Inviabilidade de comprovar respostas ou esclarecê-las
	Questões padronizadas com uniformidade	Difícil pontuar questões abertas
	Deixa em aberto o tempo para as pessoas pensarem nas respostas	Dar margem a respostas influenciadas pelo "desejo de nivelamento social"
	Facilidade de conversão dos dados	Restrito a pessoas aptas à leitura
	Custo razoável	Pode ter itens polarizados/ambíguos

Segundo Gil (1999) o questionário pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

A pesquisa foi realizada com professores que atuam na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros uma das maiores escolas do município, atende anualmente cerca de 1800 discentes. A escola conta com uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), nela, os alunos deficientes que precisam de atendimento são atendidos no contraturno.

Tem-se ainda como suporte metodológico a coleta, análise e discussão de dados, descrita conforme a fundamentação dos autores, da colaboração dos sujeitos e da pesquisadora do trabalho científico, a fim de subsidiar as informações e esclarecimentos quanto ao tema investigado, contribuindo tanto aos profissionais de educação, a família e a sociedade, conhecer a percepção do professor (a) quanto aos cuidados em relação ao aluno surdo. A coleta ocorreu no período de outubro e novembro de 2019.

Após a coleta das informações, fez-se a análise e discussão das mesmas através de narrativas. Dentro das narrativas expressando as opiniões dos seis profissionais da educação. Ressalta-se que os dados foram dispostos no corpo do

texto por amostragem, ou seja, em cada questionamento frisou-se os pontos em comuns das respostas. No texto deste trabalho não será revelado os nomes dos profissionais que responderam a pesquisa. Além disso, os requisitos éticos e científicos foram seguidos visando o anonimato dos pesquisados. Para a pesquisa, o fundamental é o teor das respostas. Assim sendo, para o entendimento do leitor far-se-á a organização dos professores através das letras: A; B; C; D; E; F.

3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os questionários foram realizados com professores e professoras da Escola Antônio Gonzaga Barros. Seis profissionais responderam ao questionário, sendo quatro do sexo feminino e dois do masculino. Eles são profissionais com alguns anos de experiência na educação, a maioria com mais de cinco anos de carreira.

As educadoras que responderam à pesquisa possui idade superior a trinta anos. Duas trabalham em educação, a mais de quinze anos. As demais, uma tem, pelo menos, cinco anos de atuação e a outra entre um e quatro anos. Os docentes masculinos possuem mais de trinta e cinco anos de idade e trabalham em educação a mais de cinco anos.

A Pedagogia é a formação principal dos seis questionados. Todos eles são licenciados plenos em Pedagogia, assim estão habilitados para atuar na Educação Infantil. Desta maneira trabalham, principalmente, no âmbito dos anos iniciais do ensino fundamental, atuando com predominância entre o 1º e 5º Anos.

A atuação diária em sala de aula compõe a experiência desses profissionais que aliada à teoria forma uma bagagem importante para lidar com as dificuldades de ensino-aprendizagem. Os alunos com surdez necessitam de apoio qualificado para aprender os assuntos trabalhados.

Para complementar o ensino dos alunos deficientes existe na escola a sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE. As educadoras que trabalham nesta sala também responderam ao questionário. Por fazerem parte da educação infantil e lidarem diretamente com as dificuldades dos alunos surdos, a percepção delas é relevante para esta pesquisa.

Em consonância com as respostas, um dos profissionais trabalha há 08 meses na instituição; dois há 06 anos; um há 05 anos; uma há 16 anos e outra há 20 anos. Sendo assim, a escola faz parte de suas rotinas educacionais, há um tempo

considerável. Portanto, eles têm propriedade para responder as perguntas considerando suas experiências e também o perfil da escola.

A escola funciona em três turnos durante o dia. Os seis participantes da pesquisa atuam em, pelo menos, um destes diariamente. Sendo assim, ficam presentes na escola durante muito tempo. Alguns deles desempenham suas funções em outras escolas do município.

3.4 ANÁLISES DOS DADOS

A inclusão dos alunos com surdez no ensino regular é uma garantia da legislação brasileira. Porém, de acordo com pesquisadores do assunto, não basta incluir é necessário garantir o ensino-aprendizagem com qualidade. Desde a constituição de 1988 os alunos surdos têm o direito ao estudo na escola pública. Esta garantia vem se aprimorando na última década. Atualmente, a língua de sinais deve ser a primeira a ser ensinada para esses alunos.

Consoante à lei brasileira, a Libras deve ser ensinada nas salas de aula regulares, para os falantes e não falantes. Aos discentes surdos, a língua de sinais deve ser ensinada com prioridade e a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Desta forma, os professores das salas regulares precisam dominar a Libras para haver uma comunicação satisfatória com o aluno surdo.

A necessidade de o professor buscar o domínio na língua de sinais para contribuir com a vida escolar do aluno surdo gera dúvidas e preocupações. Em geral, o órgão de ensino local oferece um professor para acompanhar especialmente aquele aluno. Contudo, o professor regente da turma em muitos momentos precisa estabelecer comunicação com ele. E, por isso, deve saber o básico de Libras.

As dúvidas vêm quanto ao que é necessário para dar suporte aquele aluno na ausência do professor suplementar. Como ensinar de maneira que o aluno surdo possa aprender em igualdade de condições? Sabe-se que ele não terá acesso às explicações do professor pelo meio oral. Pelo outro lado, deixar de explicar a matéria gera prejuízos à turma.

A partir desse ponto, os questionamentos vêm à cabeça do professor. Como ensinar para garantir tanto a aprendizagem do aluno surdo, quanto dos ouvintes? Essa preocupação habita as meditações dos professores que possuem alunos surdos inclusos em suas turmas.

Segundo Araújo (2015) não haver a concepção arcaica de que alfabetizar é oferecer letras para o aluno decorar. A língua não é estável, ela muda constantemente e a comunicação diária revela essas mudanças. O professor precisa alfabetizar o aluno de maneira significativa, o aluno deve perceber claramente em que àquela aprendizagem vai mudar sua vida. Seria o caso de utilizar recursos tecnológicos para estimular a aprendizagem deles?

As perguntas são muitas, os estudiosos debruçam sobre os mais diversos contextos em busca de soluções. Muitas perguntas já foram respondidas até este momento, outras não. Para Araújo (2015) professores que não entendem de Libras acaba diminuindo as possibilidades de aprendizagem dos alunos surdos. Além disso, o processo comunicacional sofre restrições em sala de aula. Considerando esse contexto fez-se a pesquisa com dez questões, para saber do professor, quais são as suas dificuldades e anseios no cotidiano escolar em relação a este assunto.

A primeira pergunta sobre o assunto foi “Como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com surdez na sala regular de ensino?”. É uma pergunta geral que visa auferir dos professores sua compreensão acerca do assunto em debate. O processo de alfabetização de alunos surdos ocorre conforme a necessidade de cada aluno. Ao responder esta pergunta, os professores reconheceram a importância de um professor itinerante para auxiliar o aluno surdo.

Destacaram também que a alfabetização de alunos surdos ocorre de maneira lenta. Isso, porque precisam conhecer a Libras para entender as explicações repassadas pelo professor, seja o regente da turma ou itinerante. No quadro 04 estão expressas na literalidade as respostas dos professores.

Quadro 04 - Como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com surdez na sala regular de ensino? Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	Ele tem um professor especialista em libras que o acompanhamento. E o professor da escola regular também tem algumas noções da língua de sinais.
B	Quando temos aluno surdo na sala, tem uma professora interprete para traduzir para o aluno a explicação do assunto exposto pela professora.
C	O professor que trabalha na sala comum sempre tem um professor itinerante que é formado na língua brasileira de sinais que acompanha o aluno surdo.
D	Ocorre de forma lenta, uma vez que o aluno surdo precisa aprender primeiramente a sua língua materna que é a libras para depois começar a introdução da língua portuguesa.
E	A alfabetização do aluno surdo ocorre de acordo com a necessidade de cada aluno. A lei garante que sejam alfabetizados com a libras e como a segunda língua materna.
F	A alfabetização ocorre por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, através de atividades de letramento.

A professora “A” ressalta a necessidade de o professor titular da turma ter conhecimentos básicos em Libras. Os professores “B” e “C” destacam a importância do professor complementar para ajudar na alfabetização de alunos surdos. O professor “D” e “E” expressam aquilo que está na lei, o direito do aluno surdo a Libras como primeira língua e a Portuguesa com segunda. O professor “F” reconhece que as práticas sociais viabilizam a aprendizagem da leitura e escrita desse aluno.

É importante destacar que, para Veloso (2007), a alfabetização dos alunos surdos deve ocorrer primeiramente na língua de sinais, assim como a lei assegura. E posteriormente o letramento na língua portuguesa na modalidade escrita. Sendo assim, o momento do aluno surdo aprender a Libras deve ser diferente daquele que ele aprende Português. A alfabetização tanto de uma quanto de outra língua deve ocorrer nas salas regulares de ensino.

A segunda pergunta foi: “O professor faz formação continuada envolvendo conhecimento de LIBRAS?”. Em sua maioria, as respostas mostram que o órgão local de educação disponibiliza poucas oportunidades para o professor conhecer a Libras. Alguns disseram procurar se atualizar nesse conhecimento por conta própria, principalmente, através do ensino EAD (Educação a Distância). O quadro 05 mostra mais detalhes dessa questão.

Quadro 05 - O professor faz formação continuada envolvendo conhecimento de LIBRAS? Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	São raras esses tipos de formação no município.
B	Sim, por sua conta, quando vem curso pela SEMED, é são para os professores que atuam na sala do AEE (Atendimento Educacional Especializada).
C	De vez enquanto a escola junto com o professor de libras faz projetos para envolver os professores da sala comum e a secretaria de educação de vez enquanto oferece alguns cursos.
D	O professor necessita fazer formação sempre, pois ele precisa estar sempre capacitado. No meu caso estou sempre estudando a libras, pois trabalho diretamente com o aluno surdo.
E	Participação em palestra e oficinas.
F	Ainda não participei de formação continuada em libras.

Uma pergunta direcionada, portanto, obteve-se respostas objetivas de cada professor. Percebe-se pelos dados obtidos na pergunta que, mesmo na formação continuada a Secretaria de Educação não tem o hábito de oferecer o curso de Libras

aos professores. Quando disponibiliza direciona o curso exclusivamente aos docentes que atua na sala de AEE. Aos demais professores ocorrem orientações eventuais por meio de palestras e oficinas, sem o devido aprofundamento.

Os professores A; B; C e F confirmam a tese de que o órgão local responsável pela educação não disponibiliza cursos de Libras aos professores regente das turmas. Caso queira algum conhecimento extra, o professor precisa buscar, pelos seus próprios meios os cursos. O professor “E” disse que a Secretaria de Educação trata do assunto por meio de palestras e oficinas. Apenas o professor “D” que afirmou receber cursos de qualidade em Libras, ofertados pelo órgão em destaque. Portanto, observa-se que não há uma sistematização no ensino de Libras para os professores das salas de aulas regulares.

A constituição federal Art. 5º, inciso II diz que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Naturalmente que o órgão de educação local tem a obrigação de oferecer o professor itinerante para acompanhar o aluno surdo, a lei não obriga a oferta desse conhecimento aos demais professores. Contudo, a Lei nº 10.436 de 2002 que trata da Libras expõe a necessidade de contemplar essa disciplina no curso de formação dos professores do ensino básico. Desta forma, entende-se ser necessária a formação continuada em Libras a todos os profissionais da educação.

A pergunta três “Quais metodologias são usadas para alfabetizar um aluno Surdo?”. Ao responder os professores deram destaque as metodologias que envolvem a parte visual. As cartolinas, os jogos, as figuras diretamente ligadas ao alfabeto de Libras, assim como da Língua Portuguesa. Pelos dados coletados, nota-se a preocupação do professor regente da turma em oferecer uma melhor forma para alfabetizar o aluno surdo. No quadro 06 foram expostas as respostas.

Quadro 06 - Quais metodologias são usadas para alfabetizar um aluno Surdo? Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	Relacionar as palavras com figuras se trabalhar o alfabeto em libras.
B	Aulas expositivas, fichas de leitura, alfabeto móvel, silabário móvel, tudo com a ajuda da professora interprete de libras, também utilizamos musicas infantis, poemas e poesias, historias infantis (leituras e interpretação).
C	Materiais confeccionados em que a linguagem de sinais está presente.
D	Recursos pedagógicos, cartazes, cartilhas, jogos pedagógicos, caça palavras e recursos visuais.
E	Para o bom desenvolvimento do processo de alfabetização do surdo, destacamos dois métodos pedagógicos: global e a analítica-sintética.
F	As metodologias são: atividades de rotinas de sinais, brincadeiras e jogos em sinais e etc.

Os professores A; B; C e D destacam o estímulo visual para a aprendizagem do aluno surdo. As historias infantis propaladas por meio de cartazes, fichas de leituras e figuras, por exemplo, faz parte de suas rotinas ao ministrar aulas para surdos. Nota-se uma adesão maior a essa metodologia de ensino, pois ela é prática e contribui com a aprendizagem de toda a turma. O professor “E” destaca a necessidade de desenvolver esse aluno por métodos globais, assim como analítico-sintético, ou seja, algumas metodologias são mais direcionadas a turma por inteiro. O professor “F” afirma que uma rotina com brincadeiras e jogos pedagógicos que envolva a Libras fortalece a alfabetização desse discente.

Consoante Araújo (2015) o letramento de alunos com surdez deve ocorrer por metodologias inovadoras, as quais não prejudique a turma, mas também inclua o surdo. Assim, aquelas metodologias que privilegia o sonoro deve ser excluída e aquelas que privilegiam o visual devem ser adotadas. Os estudos mostram estas sendo mais favoráveis aos surdos e também aos ouvintes. No entanto, a aula não vai ocorrer sem falas no meio de ouvintes-falantes, de fato o que ocorre é um esforço para o discente surdo aprender e socializar-se com a turma.

A quarta pergunta “Quais soluções você propõe para amenizar a dificuldade do ensino aprendizagem dos surdos?”. Esta é pessoal e requer uma análise conjuntural do profissional. Notadamente o órgão de educação local deve disponibilizar treinamentos em Libras para todos os professores. Pelo outro lado, as condições do município devem ser consideradas. Neste sentido, os professores responderam e o quadro 07 mostra os detalhes.

Quadro 07 - Quais soluções você propõe para amenizar a dificuldade do ensino aprendizagem dos surdos? Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	Que o município ofereça cursos em libras com mais frequência.
B	Que os professores do ensino regular, também participem das formações continuadas em libras.
C	As soluções que tanto os professores da sala comum quanto os alunos ditos normais aprendam a linguagem de sinais.
D	Que todos saibam libras, que os alunos possam aprender a libras e se inserido a com a língua portuguesa.
E	Para amenizar em problemática propõe-se a oferta de mais turmas para qualificar melhor os professores do ensino regular, bem como a aquisição de materiais pedagógicos para serem utilizados no processo de alfabetização desses alunos.
F	Para amenizar a dificuldade do ensino aprendizagem dos surdos, é necessário que os professores sejam formados em libras, e recebam formação continuada durante o ano letivo.

Ao responder, os professores mostram-se dispostos a participar dos cursos de formação em Libras. Eles alegam a necessidade da Secretaria de Educação disponibilizá-lo a todos os professores. Indo mais além, o curso é fundamental a todos que trabalham na escola. Porque o aluno surdo não deve se sentir incluso apenas em sala de aula, mas em toda a escola. Sendo assim, a capacitação daqueles que trabalham em educação deve ocorrer por meio de formação continuada.

Notadamente, o aprimoramento ocorre através da prática habitual. Os cursos de formação deve reservar uma parte para esses profissionais treinarem novas metodologias para trabalhar com os discentes surdos. Como os professores responderam a formação e os materiais pedagógicos apropriados são essências na alfabetização desses educandos.

O professor “A” destaca a frequência com que esses cursos acontecem. Os professores B; C e D reforçam a necessidade de todos os professores dominarem o básico em Libras e saber interagir com o aluno. O professor “E” ressalta a urgência na aquisição de materiais pedagógicos para atender adequadamente o educando surdo. O professor “F” expõe que o curso de Libras deve ser ofertado a todos os professores da rede municipal de ensino.

A pergunta cinco “As escolas brasileiras estão preparadas para receber esses alunos surdos?”. É uma pergunta ampla que reflete as dificuldades da educação nacional. Essa pergunta cabe uma reflexão dos trabalhos cotidiano do professor, ou seja, a prática. Porém, a teoria deve ser considerada, os estudos feitos ao longo das

últimas décadas devem permear as respostas dos professores. No quadro 08 mais detalhes desta questão.

Quadro 08 - As escolas brasileiras estão preparadas para receber esses alunos surdos? Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	Em sua maioria não, pois falta um apoio pedagógico maior.
B	Na minha opinião não. Pois precisa primeiro incluir/preparar o professor, para depois receber o aluno.
C	Acredito que nem todas estão preparadas para incluir o aluno ou com outras deficiências.
D	Não, se os professores enquanto corpo docente, a gestão e o setor administrativo não abraçarem a bandeia da inclusão. Saber libras; estudar e buscar aprender.
E	A maioria das escolas não estão preparados para receber esses alunos.
F	Muitas escolas não estão preparadas e muitos professores não têm treinamento adequado para trabalhar com os alunos surdos.

O professor “A” expressou que há certo preparo no âmbito das escolas públicas para incluir os alunos surdos, conforme a resposta, algumas escolas estão mais preparadas que outras, principalmente, ao tratar de material pedagógico. O docente “B” foi enfático ao dizer que não, ou seja, segundo sua resposta, as escolas brasileiras não estão prontas para ensinar os surdos em equidade com os demais da escola.

O professor “C” também não percebe preparo suficiente nas escolas para incluir com qualidade esses discentes. Ainda questiona que essa falta de estrutura pedagógica se estende às demais deficiências. A resposta do professor “D” foi enfática, as escolas não estão incluindo os alunos surdos, como esperado. Consoante sua fala, há a necessidade de integração entre todo o corpo escolar no sentido de promover a verdadeira inclusão desses alunos. O esforço de cada profissional que atua na escola será decisivo, segundo o professor.

Em conformidade com os professores “E; F” a maioria das escolas estão devendo ao aluno com deficiência em surdez. Elas não possuem cem por cento de sua estrutura física adequada às deficiências, o material pedagógico também inexistente ou é limitado. Dessa forma, ainda que os professores queiram implementar novas metodologias de ensino fica limitado às condições oferecidas da escola. Nesse contexto, o trabalho dos professores pode ter maior rendimento, mas com esforço multiplicado. Nota-se, portanto, que as escolas brasileiras ainda não estão incluindo os surdos como assegura a lei, de acordo com os professores pesquisados.

A questão seis “Quais as práticas pedagógicas que você utiliza para estimular a aquisição da leitura e escrita do aluno com surdez em sua turma?”. Esta trata do trabalho em sala de aula com os alunos surdos. Ela pode trazer uma percepção de como o professor valoriza esse momento com seu aluno. Sabe-se que as dificuldades aumentam para o professor quando ele precisa atender alguma particularidade em sua sala. Até mesmo, o planejamento ocorre de maneira diferente. Para obter mais detalhes nota o quadro 09.

Quadro 09 - Quais as práticas pedagógicas que você utiliza para estimular a aquisição da leitura e escrita do aluno com surdez em sua turma? Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	Utilização de materiais diversos como: livros ilustrados, quebra-cabeça e jogos didáticos.
B	Aulas expositivas, fichas de leitura, alfabeto móvel, silabário móvel, tudo com a ajuda da professora interprete de libras, também utilizamos musicas infantis, poemas e poesias, historias infantis (leituras e interpretação).
C	Usando alfabeto em libras e outros recursos que venha ajudar esse aluno a se comunicar.
D	Bom, usamos cartilhas, tanto em libras quanto em língua portuguesa, cartazes, ditado etc.
E	Utilizo material pedagógico e livros adaptados as suas necessidades educativas.
F	As práticas pedagógicas que utilize são socialização, conscientização, interdisciplinaridade, aprendizagem compartilhada etc.

Percebe-se pelas respostas dos professores que buscam fazer o seu melhor dentro das possibilidades. O foco deles, como visto em outra pergunta, é o trabalho focado na estimulação visual. Pela fala dos professores, entende-se que a escola não possui material pedagógico suficiente às necessidades dos educandos. Sendo assim, os professores produzem os materiais para o seu desempenho em sala de aula. As respostas dos seis educadores dão a entender que, em conjunto ou individualmente, confecciona materiais para alfabetizar os alunos surdos.

Os materiais produzidos variam de cartolinas com o alfabeto a livros ilustrados e quebra-cabeça. Ressalta-se a necessidade de adaptar essa material conforme a faixa-etária desses educandos, visto que o fundamental menor vai do 1º ao 5º Ano. Naturalmente que os mesmos materiais que estimulam os alunos de 1º Ano pode não estimar os de 5º Ano. Neste sentido, o professor tem o desafio de construir o seu material pedagógico e, além disso, adequá-lo as necessidades de seu aluno.

Segundo Dechichi e Silva (2008) ao planejar a sua aula o professor deve considerar as peculiaridades de aprendizagem em sua turma. A surdez é uma peculiaridade importante e demanda bastante atenção do professor, pois negligenciar isso é diminuir as possibilidades de aprendizagem desse aluno. Esse fato além de ferir a lei vai contra as necessidades humanas. Portanto, o ideal seria a orientação contínua a esses professores, para atenderem satisfatoriamente os anseios de seus alunos, independente de ser ouvinte ou surdo.

A sétima pergunta foi “Como ocorre o processo de comunicação entre alunos com surdez e ouvintes?”. Ela revela a capacidade de observação do professor dentro de seu contexto. Sabe-se que o contato social é relevante para a espécie humana, assim é natural que o surdo queira se comunicar com seus pares. Na escola essa comunicação deve ser estimulada pelos professores e os demais profissionais. Agora, como o surdo está se comunicando com os colegas? O quadro 10 mostra detalhes de acordo com as respostas dos professores.

Quadro 10 - Como ocorre o processo de comunicação entre alunos com surdez e ouvintes? Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	Muitas vezes eles criam gestos próprios entre eles no decorrer do ano, com a presença da professora itinerante eles aprendem o básico.
B	Trabalhamos o básico com a professora interprete e aos alunos ouvintes: oi bom dia, boa tarde, nomes de animais, de materiais escolares.
C	Através da linguagem de sinais ou gestos.
D	Bom, uma vez que todos os alunos da sala regular sabem o básico de libras e conseguem se comunicar com os mesmos.
E	A comunicação ocorre por gestos e alguns já sabem um pouco de libras.
F	O processo de comunicação ocorre por meio de língua brasileira de sinais (LIBRAS), gestos, expressões, leitura labial e estrutura gramatical.

As respostas dos professores mostra que as conversas entre o aluno surdo e os colegas ocorrem por meio de expressões, gestos, leitura labial e outras. Percebe-se pela fala dos docentes que nessa comunicação não há o uso formal da Libras, isso é natural, pois na língua portuguesa também acontece. Porém, ao que parece a limitação na comunicação ocorre com frequência devido a não compreensão da língua de sinais. Na língua portuguesa ocorre o contrário, a linguagem informal facilita a compreensão dos falantes.

Neste sentido, Pires (2009, p. 25) “para Vigotski, as funções no desenvolvimento da criança aparecerão primeiro no plano social e depois no individual, ou seja, primeiro na interação com outras pessoas e depois

interpsicologicamente”. A interação entre os alunos deve ser estimulada pelos professores, seja em sala de aula ou fora dela. O aluno surdo precisa sentir que o ambiente escolar o valoriza, mesmo com a deficiência. E a deficiência não é limite para sua aprendizagem.

A pergunta oito “Quais suas dificuldades em alfabetizar um educando com necessidades auditivas?”. Esta pergunta é essencial para compreender a “dor” atual do professor em relação a esse tema. O cotidiano dos educadores revela particularidades que não foram expressas na teoria, a teoria é importante, pois mostra o caminho, entretanto a prática abre o caminho. Sendo assim, a pergunta pode ser reveladora para a comunidade acadêmica. O quadro 11 mostra detalhes das respostas.

Quadro 11 - Quais suas dificuldades em alfabetizar um educando com necessidades auditivas?
Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	As dificuldades são maiores por falta de cursos de formação na área.
B	Que os professores do ensino regular, também participe das formações continuadas em libras.
C	Se o professor não se adequar a realidade desse aluno surdo com certeza aparecerá as dificuldades no momento de alfabetizar esse educando.
D	Quando ele não sabe a sua língua materna. O surdo precisa saber a libras e depois ser inserido a língua portuguesa.
E	A principal dificuldade é a falta de especialização na área de libras.
F	É a falta de formação em libras e de materiais didáticos.

A unanimidade dos professores mostra a falta de compreensão em Libras como maior dificuldade de ensino para o aluno surdo. Eles destacam também a limitação em materiais pedagógicos. Pelas respostas, os professores sentem-se mais seguros ao contar com a presença de um professor itinerante na sala de aula. Para Araújo (2015), as barreiras na educação de surdos são muitas, o professor deve ser um agente construtor de pontes na vida desses alunos.

Muitas vezes a criança não tem acesso ao Centro de Atendimento Especializado primeiramente, indo direto para a sala de aula que tem somente ouvintes. Assim tanto ela como seus colegas e professores sentem dificuldades para comunicar-se. É importante que criança participe do Centro de Atendimento Especializado para aprender a se comunicar através da LIBRAS (SANTOS; ZYCH, 2010, p.10).

Para o surdo entrar em contato com a língua de sinais desde criança é fundamental na construção de sua trajetória escolar. Como as autoras mencionam, o

Centro de Atendimento Especializado pode contribuir com o desenvolvimento da língua materna do surdo, a Libras. Ao entrar no ensino fundamental conhecendo o básico de Libras o discente surdo pode se alfabetizar com maior rapidez.

A pergunta nove foi “Como os alunos com surdez se comportam perante os colegas ouvintes da escola?”. Esta busca compreender a interação social do educando surdo com os colegas. Essa relação deve ocorrer de forma harmoniosa e significativa, de tal forma que ele sinta-se fazendo parte do grupo. Sentir que integra o grupo e é importante naquele contexto ajuda o discente a empreender maior esforço no processo de aprendizagem. Notadamente que em toda relação há conflitos. Sendo assim, o quadro 12 apresenta maiores detalhes nesse sentido.

Quadro 12 - Como os alunos com surdez se comportam perante os colegas ouvintes da escola?
Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	No inicio eles ficam tímidos, mas depois eles começam a ser relacionar igual aos alunos ouvintes se comportam em uma escola nova.
B	No começo ficam assustados, depois fazem amizade com os colegas, conseguem se entender na medida do possível.
C	Eles sempre procuram se interagir como os alunos normais.
D	Alguns com receio por não aceitarem a sua identidade surda. Outros com muita normalidade tendo em vista que estão desde o 1º ano estudando juntos.
E	Se comportam bem, porém não aceitam brincadeiras sem graça.
F	Depende de fatores como o grau de surdez, do professor, e do ambiente físico.

As respostas destacam um ambiente comum para os alunos surdos. Como respondeu os professores “A; B” inicialmente ficam tímidos, assustados, ou seja, sentimentos comuns à espécie humana. Essa atitude possivelmente não está relacionada diretamente ao fato do aluno ser surdo. O Professor “D” ressalta que alguns se comporta estranho por não aceitarem a identidade de surdo. Atitudes assim devem ser resolvidas, pois pode prejudicar na aprendizagem dele.

O professor “C” disse que os alunos procuram manter uma interação, como visto, por gestos e expressões. O professor “F” assegura a necessidade de o docente promover essa relação entre os alunos de maneira saudável. O professor “E” disse que os alunos surdos se comportam bem, não aceitam as brincadeiras depreciativas, ou seja, comportamentos iguais aos ouvintes.

O questionamento dez e último foi “No seu ponto de vista o processo de alfabetização desses educandos com surdez acontece de forma igualitária ou diferente dos educandos ouvintes? Explique.”. Nesta, a realidade pode ser revelada,

pois numa era que se fala tanto em democracia, o ensino está atingindo a todos dentro de suas possibilidades de aprendizagem? O professor está atento em como o aluno surdo se sente nesse processo? De fato, o surdo está aprendendo na sala regular de ensino? No quadro 13 mais detalhes dessa questão.

Quadro 13 - No seu ponto de vista o processo de alfabetização desses educandos com surdez acontece de forma igualitária ou diferente dos educandos ouvintes? Explique. Fonte: Professores da Escola Antônio Gonzaga Barros (2019)

PROFESSORES	RESPOSTAS
A	Diferente pois eles chegam na escola sem nenhum conhecimento em libras.
B	Diferente, com certeza, devido ao seu próprio problema de surdez e o despreparo do professor para receber esse aluno em sua sala.
C	Só será diferente se a escola não for uma escola inclusiva.
D	Completamente diferente, uma vez que nenhum aluno é igual, e eles detêm de suas especificidades e suas dificuldades e precisamos batalhar de acordo com as mesmas provas e atividades com adequações.
E	Afirmar que esse processo ocorre de forma igualitária sendo um equívoco, pois sabemos as dificuldades que esses alunos enfrentam.
F	O processo de alfabetização acontece de forma diferente. Porque a alfabetização não deve ser apenas no sentido de decodificação e codificação da língua escrita. Deve alfabetizar levando em conta os diversos contextos nos quais as práticas sociais da língua escrita acontecem nas pessoas com necessidades auditivas especiais.

Os professores responderam de forma unânime, os alunos surdos ainda não estão diante das mesmas possibilidades de aprendizagem que os alunos ouvintes. Historicamente, a educação foi pensada para os alunos ditos “normais”, o planejamento habitual do professor atendia essas expectativas, de maneira que os deficientes ficavam de fora dessa perspectiva. Sendo assim, as leis vieram causar uma ruptura na maneira tradicional do professor trabalhar, e isso gera dificuldades, duvidas e anseios. Essa mudança é contemporânea, as quebras de paradigmas estão ocorrendo e a maioria dos professores sente-se perdidos por não receber o apoio necessário do órgão educacional imediato.

Conforme Araújo (2015) existe uma tensão constante entre professor e aprendiz devido à falta de preparo para receber esse aluno. Pelo visto, os professores reconhecem essas dificuldades e elencam uma serie de fatores para que elas perdurem nessa relação. Notadamente que apenas a formação continuada não é a solução do problema, contudo é um passo gigante na promoção da inclusão dos alunos surdos.

O professor “A” disse que a desigualdade no processo de alfabetização do surdo ocorre porque ele não domina a Libras. O docente “B” colocou a falta de

preparo do professor para incrementar significativamente a aprendizagem desse aluno. O educador “C” ressalta que a solução vem quando a escola estiver totalmente comprometida com a temática. O professor “D” entende a aprendizagem como um processo, o qual ocorre de maneira diferente para cada indivíduo, seja surdo ou ouvinte. O docente “E” confirma haver desigualdade na trajetória escolar do aluno surdo. E o educador “F” confirma a assertiva de que, o ensino não ocorre de maneira igualitária entre surdos e ouvintes.

CONCLUSÃO

O processo de inclusão dos alunos surdos tanto nas escolas públicas, quanto particulares está em evolução. As leis deram essa garantia a essa grande quantidade de alunos no Brasil. A garantia é um grande passo, porém a realidade ainda apresenta dúvidas, desafios e desigualdade. Os professores carecem de conhecimentos práticos para lidar com o discente surdo. O papel desafiador fica para os professores itinerantes, as salas de AEE e os atendimentos de apoio. Neste sentido, a inclusão ocorre por uma parte e segrega por outra.

A Libras é a língua materna dos surdos, entretanto observa-se a ausência de domínio dessa língua entre os professores. No entendimento deles, há a falta de formação continuada neste sentido. O órgão educacional local praticamente não oferece cursos direcionados aos professores regentes. O professor da sala comum muitas vezes não tem domínio do conhecimento básico em Libras. Desta maneira, a inclusão trazida pela legislação brasileira não ocorre nas escolas como esperado.

Ao responder a pesquisa de campo, os professores mostraram-se dispostos a buscar conhecimento sobre o assunto. Eles acreditam que o órgão local de educação deve ofertar cursos de Libras e afins para todos os educadores municipais. Notadamente, sem o conhecimento necessário e suficiente a inclusão dos alunos surdos acontece de forma lenta. A evolução notada deve-se a troca de experiências entre os professores.

As dúvidas elencadas pelos professores estão em aplicações de metodologia de ensino e também na confecção de materiais pedagógicos para atender as necessidades de cada aluno. Para eles, receber esses materiais dos órgãos educacionais seria o ideal, pois poderiam trabalhar com mais propriedade sobre as deficiências dos alunos. Dentro das possibilidades procuram juntos, confeccionar os materiais pedagógicos. Para isso, utilizam-se de cartolinas, papel cartão, pinceis, fitas adesivas, pesquisas na internet e livros.

Neste sentido, a maneira de lidar com a inclusão dos alunos surdos ocorre, muitas vezes, de maneira isolada. O professor com aluno surdo em sua sala, em geral, recebe apoio apenas do seu colega itinerante, quando esse apoio deve vir sistematicamente dos órgãos educacionais. Sendo assim, o desafio de alfabetizar alunos surdos nas escolas públicas é muito grande de acordo com os professores.

A pesquisa discute sobre a alfabetização do aluno surdo. Os desafios encontrados nesse processo. As perguntas foram satisfatoriamente respondidas pelos professores dos anos iniciais. Para os professores, o comportamento do discente surdo diante dos desafios não é diferente do aluno ouvinte, neste sentido, não há que se falar em limites para esses alunos. Eles podem aprender na escola regular com os demais alunos, para isso, precisa ser estimulado de forma adequada.

Mesmo chegando a importante conclusão de que, o professor quer receber formação continuada para lidar com os alunos surdos. E que, em sala de aula, a educação para o surdo não está sendo igualitária a dos alunos ouvintes este trabalho não esgota as discussões sobre o assunto. Portanto, ele colabora com o debate e pode contribuir com as pesquisa futuras sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L.C.N. **Alfabetização/letramento para Surdos: desafios à inclusão qualitativa**. EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação: PUCPR, 2015.

BAPTISTA, C.R.; MACHADO, A.M.; **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas/coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____. **Saberes e práticas da inclusão**: introdução. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em 12 de março de 2019.

_____. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 10 de março de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Evolução da educação especial no Brasil**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf>>. Acesso em: 25 abril. 2019.

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. **Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual**. Revista do ISPV, Viseu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium34/17.pdf>>. Acesso em: 16 março 2019.

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. **Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.8, n.2, p.127-156, maio, 2002.

COELHO, L.A.B.; SCHUBERT, S.E.M.; SILVA, R.Q. **Surdos: o desafio da inclusão no ensino regular**. IV SIRSSE; VI SIPD, CÁTEDRA, UNESCO. Paraná. 2017.

CORREA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

COUTO, Marli.; ALMEIDA, J.J.F. **Formação dos Professores que atuam na Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular**. Secretaria de Educação do Paraná, 2014.

DECHICHI, Claudia; SILVA, Lázara C. **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia, MG. EDUFU, 2008.

FEITOSA, C.; SILVA, K.S.D. **A Formação Continuada em Libras para Professores da Educação Básica: a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Jataí-GO**. Reformas Educacionais: Pontos e Contrapontos - Jataí – GO, 2017.

FERREIRA, M. E. **Educação inclusiva**, Rio de Janeiro. 1994.

GESUELI, Z. M. **Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão**. Educação & Sociedade, Campinas, v.27, n.94, p.277-292, jan. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Carlos Alberto e MEIRELLES, J. H. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo Atlas, 2004.

GURGEL, T. **Inclusão, só com aprendizagem**. Revista Nova Escola: outubro, 2007.

LABORIT, Emanuelle. **O voo da gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1994.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência**. Educação & Sociedade, 2006.

LEITE, L.S. **A Formação de Professores para a Educação Inclusiva dos Alunos Surdos: um estudo de caso**. III Congresso Internacional de Trabalhos Docentes e Processos Educativos, Universidade de Uberaba-MG, 2015.

LODI, A.C.B. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

MACHADO, R. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**. - 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, M.T.E. **O direito à diferença nas escolas**. Revista Pátio: ano VIII, nº. 32, janeiro 2005.

MARQUES, R.S. **Contexto Escolar no Processo de Inclusão do Aluno Surdo**. Universidade Federal de Uberlândia, CEPAE, Minas Gerais-MG, 2012.

MARQUES, M.L. **A Formação do Professor para Educação de Surdos.** Formação de Professores – XIII Congresso Nacional de Educação, 2017.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2005.

MEC & UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo e Brasília: Cortez, MEC/UNESCO. Polonia, A. C. & Senna, S. R. 2000.

MEDEIROS, L.S.; SOUSA, V.P. **A Importância da Alfabetização em Libras como Instrumento para a Consolidação da Cidadania.** Univap: São José dos Campos-SP, 2018.

MENDES, A.Q.S.; FIGUEREDO, F.; RIBEIRO, A.C. **Inclusão de Alunos Surdos na Escola Regular: aspectos linguísticos e pedagógicos.** Revista de Iniciação Científica, RIC Cairu, v.2. n.2. 2015.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem.** Curitiba: Positivo, 2007.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva/** Ana Rita de Paula, Carmem Martini Costa – reimpressão -. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

PEIXOTO, R.C. **Algumas Considerações sobre a Interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na Construção Inicial da Escrita pela Criança Surda.** Unicamp: Campinas, vol. 26, n. 69, p. 205-229, maio/ago. 2006.

PINTO, José. **Gestão da sala de aula: como prevenir e lidar com problemas de Indisciplina.** Vila Real, Universidade de trás os montes. 2000.

PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim. **Andaimento coletivo como pratica de ensino aprendizagem de língua portuguesa para surdos.** São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

RAIÇA, D.; PRIOSTE, C.; MACHADO, M.L.G. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental.** São Paulo: Avercamp, 2006.

RIBEIRO, Elisa. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.** In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá, 2008.

ROMERO, A. Paula H. **Análise da política pública brasileira para a educação especial na década de 1990: configuração do atendimento e atuação do terceiro setor.** Maringá, 2006.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia Afetiva.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

RUIZ, João Álvaro: **Metodologia Científica: Guia para eficiência dos estudos**, 6ª. Ed, 2ª, reimpr, Atlas, São Paulo, 2008.

SANTANA, A.P. **Surdez e linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas** (2a ed.). São Paulo, SP: Plexus, 2007.

SANTOS, Carla L. G.; ZYCH, Anízia Costa. **A alfabetização de alunos surdos: uma reflexão necessária**. Educação e Prática Pedagógica. UNICENTRO, 2010.

SAVIANI, D. Formação de Professores. In: Livro: **Interlocuções Pedagógicas: Entrevista**. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SILVA, C. M. S. **Processos de escolarização do Distrito Federal: O que dizem os profissionais da escola sobre a inclusão de surdos?** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2014.

SILVA, C.M.; SILVA, D.S.; MONTEIRO, R.; SILVA, D.N.H. **Inclusão Escolar: Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38 nº3, 2018.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, D.L.A.; LIMA, M.D.; LIMA, Márcia D. **Alfabetização e letramento com o uso da LIBRAS nas crianças surdas**. Perquirere - Centro Universitário de Patos de Minas, MG, 2014.

SVARTHOLM, K. **35 anos de educação bilíngue de surdos - e então?**. Educar em Revista, (spe-2), 33-50, 2014. em <[https:// doi.org/10.1590/0104-4060.37228](https://doi.org/10.1590/0104-4060.37228)>. Acesso em 27/03/2019.

UNESCO. **Tornar a educação inclusiva** / organizado por Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília: UNESCO, 2009.

_____. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**- ESPANHA 7 e 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 2 de março de 2019.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Relação Escola-Família: da acusação à interação educativa. In: AEC, **Revista Educativa**. Família e Escola: sentido e relações, n. 93, a. 23, out./dez. 1994.

VÉLEZ, Mercedes Blasi. **Vínculos entre famílias e profissionais na construção do projeto educativo**. Revista Pátio Educação Infantil, ano VI, n. 17, p. 14-17, jul./out. 2008.

VELOSO, Ana Carolina Siqueira. Alfabetização do indivíduo surdo: primeiro em LIBRAS ou em português?. In: **XVI Congresso de Leitura do Brasil Cole: Anais do XVI COLE**, Universidade do Rio de Janeiro, 2007.

APÊNCICE

**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-CESUPI
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Este questionário tem como finalidade de contribuir para o trabalho de conclusão de curso-TCC, intitulado: DESAFIOS DE ALFABETIZAR ALUNOS SURDOS: Análise na Escola Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-PA

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

1. Identificação:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade _____

1.3 Sexo: _____ () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Tempo de trabalho na instituição atual: _____

1.6 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

() Menos de 1 ano

() 1 a 4 anos

() 5 a 9 anos

() mais de 15 anos

2. Questões sobre o tema:

2.1. Como ocorre o processo de alfabetização dos alunos com surdez na sala regular de ensino?

2.2 O professor faz formação continuada envolvendo conhecimento de LIBRAS?

2.3 Quais metodologias são usadas para alfabetizar um aluno Surdo? _____

2.4 Quais soluções você propõe para amenizar a dificuldade do ensino aprendizagem dos surdos?

2.5 As escolas brasileiras estão preparadas para receber esses alunos surdos?

2.6 Quais as práticas pedagógicas que você utiliza para estimular a aquisição da leitura e escrita do aluno com surdez em sua turma?

2.7 Como ocorre o processo de comunicação entre alunos com surdez e ouvintes?

2.8 Quais suas dificuldades em alfabetizar um educando com necessidades auditivas?

2.9 Como os alunos com surdez se comportam perante os colegas ouvintes da escola?

2.10 No seu ponto de vista o processo de alfabetização desses educandos com surdez acontece de forma igualitária ou diferente dos educandos ouvintes? Explique.

FEITOSA, Lara Silva.

DESAFIOS DE ALFABETIZAR ALUNOS SURDOS: análise na Escola Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-Pa. / Lara Silva Feitosa – Itaituba: FAI, 2020.

66 f.: il.

Orientador: Prof^o. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Faculdade de Itaituba, 2020.

1. Surdos. 2. Alfabetização de Surdos. I. Silva, Dhemesbraene Soares da. II. Faculdade de Itaituba, Itaituba, BR – PA, 2020.